

Interreg
España - Portugal
Fondo Europeo de Desarrollo Regional
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

UNIÓN EUROPEA
UNIÃO EUROPEIA

SMART MINHO

ESTRATÉGIA DO RIO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO 2030

DEPUTACIÓN PONTEVEDRA

cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho

AEGT RIO MINHO

ESTRATÉGIA DO RIO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO 2030

Edição

Deputación de Pontevedra

Tradução

Elisabete Ramos

ISBN

978-84-09-16372-4

Depósito Legal

PO 674-2019

EQUIPA REDATORA

Valerià Paül Carril (Diretor CEER/Universidade de Santiago de Compostela)

Xavier Martínez Cobas (Universidade de Vigo)

Manuel Rodríguez Rodríguez (CEER)

Lois Pérez Castrillo (Deputação de Pontevedra/AECT Rio Minho)

António Pereira Torres (AECT Rio Minho)

Bruno Caldas (CIM Alto Minho)

COMITÉ CIENTÍFICO ASSESSOR (UNIVERSIDADES CEER)

Sandrina Ferreira Antunes (Universidade do Minho)

Anxo Calvo Silvosa (Universidade da Corunha)

Francisco Carballo Cruz (Universidade do Minho)

José Alberto Rio Fernandes (Universidade do Porto)

Rubén C. Lois González (Universidade de Santiago de Compostela)

Helena Madureira (Secretária-Geral CEER/Universidade do Porto)

Carmen Villarino Pardo (Universidade de Santiago de Compostela)

CONSELHO COORDENADOR DO AECT RIO MINHO

Uxío Benítez Fernández (Diretor AECT Rio Minho)

João Fernando Brito Nogueira (Vice-Diretor AECT Rio Minho)

João Manuel do Amaral Esteves (Vogal)

Montserrat Magallanes Álvarez (Vogal)

EQUIPA TÉCNICA DO PROJETO

Lucía Iglesias Rivas (Deputación de Pontevedra)

María Pilar Vence Santorum (Deputación de Pontevedra)

Marta Cimadevila Mosquera (Deputación de Pontevedra)

Noelia Pérez Gil (Deputación de Pontevedra)

Silvia Villar Rivera (Deputación de Pontevedra)

Sonia Pazos Simón (Deputación de Pontevedra)

Antía Pose García (CEER)

Breixo Martins Rodal (CEER)

María Rodríguez Gregori (CEER)

Maria Emilia Bessa (CIM Alto Minho)

ENTIDADES QUE FAZEM PARTE DO CONSELHO CONSULTIVO DO AECT RIO MINHO

Administração de Região Hidrográfica do Norte (ARH) da Agência Portuguesa do Ambiente; Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (ADRIMINHO); Aquamuseu do Rio Minho; Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Asociación de Desenvolvemento Galicia Suroeste (EURURAL); Axencia de Turismo de Galicia; Cámara Oficial de Comercio, Industria e Navegación de Tui; Capitania do Porto de Caminha; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Confederação Empresarial do Alto Minho (CEVAL); Comandancia Naval do Miño; Confederación de Empresarios de Pontevedra; Confederación Hidrográfica Miño-Sil; Dirección Xeral de Patrimonio Natural da Consellería de Medio Ambiente, Territorio e Vivenda; Direção Regional de Cultura do Norte; Dirección Xeral de Relacións Exteriores e coa Unión Europea; Escola Superior Gallaecia; Federación Galega de Municipios e Provincias (FEGAMP); Grupo de Desenvolvemento Rural (GDR) Condado Paradanta; Instituto Politécnico de Viana do Castelo; Servizo Provincial de Costas de Pontevedra; Turismo do Porto e Norte de Portugal; Universidade de Santiago de Compostela; Universidade de Vigo.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

PRÓLOGO DE UXÍO BENÍTEZ E FERNANDO BRITO NOGUEIRA 7

PRÓLOGO DE CARMELA SILVA 9

PRÓLOGO DE MANUEL JOAQUÍN REIGOSA 11

PRÓLOGO DE JOSÉ MARIA COSTA 13

1. INTRODUÇÃO 15

2. PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA 16

2.1. FASE INICIAL 16

2.2. FASE ANALÍTICA 17

2.3. FASE PARTICIPATIVA 18

2.4. FASE DE ATUALIZAÇÃO 19

2.5. SÍNTESE DO TEXTO DEFINITIVO 20

3. CONTEXTO TERRITORIAL 20

3.1. A UNIÃO EUROPEIA 22

3.2. A EURORREGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL 23

4. ANÁLISE TERRITORIAL 26

4.1. POPULAÇÃO 26

4.2. ESTRUTURA ECONÓMICA E MERCADO DE TRABALHO 32

4.3. MOBILIDADE 36

4.4. PROGRAMAS DE SERVIÇOS CONJUNTOS EXISTENTES DE CARÁTER TRANSFRONTEIRIÇO 38

4.5. RECURSOS NATURAIS 39

5. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL 44

6. PLANO DE AÇÃO 46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51

DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS ANALISADOS E LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA CITADA 53

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS CONSULTADOS 55

Oportunidades e desafio dum território comum

O Rio Minho Transfronteiriço é um espaço com um rico património linguístico, arqueológico, arquitetónico, cultural e meio-ambiental comum, com uma história comum própria entre a Galiza e Portugal. Porém, o seu papel como fronteira confinou-o durante séculos a estar longe dos centros de poder e decisão dos estados, relegando-o a um segundo plano e minguando o seu desenvolvimento socioeconómico.

A Europa sem fronteiras abriu uma nova janela de oportunidades. Hoje em dia o Rio Minho Transfronteiriço é um território com um enorme potencial e uma situação estratégica, graças à sua localização entre as duas grandes áreas metropolitanas de Vigo e Porto. Trata-se da fronteira mais povoada entre Espanha e Portugal, a mais transitada dentro da península ibérica e conta com múltiplas possibilidades de rendimento económico graças aos sectores marítimo pesqueiro, agrícola ou turístico.

Mas ainda são muitos os desafios aos que fazer frente. A persistência de barreiras legais e administrativas em questões de mobilidade transfronteiriça, a ausência duma estratégia definida para o turismo sustentável, a dificuldade em dar resposta a ofertas de emprego qualificado, o despovoamento nas zonas interiores, o forte envelhecimento ou a emigração, entre outros, representam importantes desafios para as instituições públicas.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e reforçar a coesão social e económica do território nasce, no dia 24 de fevereiro de 2018, o Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça Rio Minho (AECT Rio Minho), integrado pela Deputación de Pontevedra e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, do qual formam parte 26 concelhos e câmaras municipais de Galiza e Portugal. O AECT Rio Minho desenvolve diferentes ações dirigidas a articular esse espaço comum, fomentar as relações institucionais, promover as relações de cooperação e valorizar o território.

A elaboração da Estratégia do Rio Minho Transfronteiriço 2030, como principal ação dentro do projeto de cooperação europeia Smart Minho, supõe um feito na cooperação galego-portuguesa em muitos sentidos. Apesar da longa tradição de cooperação entre ambas as margens do rio e de existirem estudos estratégicos sobre cada uma delas de forma independente, pela primeira vez, sai do papel um trabalho de profunda análise económica, social e política do território, entendendo o rio como o elemento que vertebra esta área geográfica, e não como uma fronteira.

A estratégia Rio Minho 2030 supõe um avanço essencial para a planificação da futura da Cooperação Transfronteiriça entre o sul da província de Pontevedra e o Norte de Portugal, onde já se trabalha de forma conjunta e com resultados muito positivos desde há muitos anos. Contar com um documento como este, com um verdadeiro estudo do território, no que se reconheçam as suas debilidades e fortalezas, permitirá desenhar conjuntamente um plano de ações futuro.

Por outra parte, este trabalho abre as portas à possibilidade de formular unha iniciativa inovadora por parte dos atores sociais e institucionais do território: a elaboração e implementação dum Investimento Territorial Integrado (ITI) de carácter transfronteiriço. Uma ferramenta vital para o êxito duma Europa inteligente, sustentável e integradora que garanta a maior eficácia na hora de gerir fundos europeus destinados ao território. O território do rio Minho conta já com todos os requisitos necessários para o arranque do projeto: uma estratégia de desenvolvimento integrada, um pacote de ações, e acordos de governo que permitam gerir esta ferramenta.

Não podemos deixar de aproveitar esta oportunidade para agradecer à equipa da Fundación Centro de Estudos Euroregionais Galiza-Norte de Portugal, da CIM Alto Minho, da Deputación de Pontevedra e do AECT Rio Minho, pelo trabalho em colaboração e esforço realizado para manter este processo vivo e dinâmico, bem como a todas as entidades e pessoas que participam neste caminho.

Uxío Benitez Fernández

Diretor do Aect Rio Minho
e deputado de Cooperación Transfronteiriza

Fernando Brito Nogueira

Vice-Diretor do Aect Rio Minho

O Minho, a raia que nos une

O rio Minho é a fronteira natural entre a Galiza e o norte de Portugal que, longe de separar-nos, constitui a espinha dorsal de um território comum às duas margens, com estreitos laços históricos, línguas irmãs, um património cultural de grande valor e um enorme potencial económico e turístico por desenvolver.

A raia constitui um espaço dinâmico no qual o sul da província de Pontevedra e o norte luso colaboram intensamente. Regista a maior mobilidade laboral de toda a fronteira hispano-portuguesa, e os habitantes, independentemente do seu país de residência, vivem uma realidade partilhada. Constata-se uma clara e permanente vontade de cooperação e, por isso, torna-se fundamental veicular, através do trabalho conjunto, um desenvolvimento coerente e unitário.

Com este objetivo configurou-se a Estratégia Rio Minho Transfronteiriço 2030, instrumento englobado no projeto Smart Minho e fruto do envolvimento dos atores mais relevantes do território, das administrações às universidades, às e aos especialistas, e à própria cidadania, que participou ativamente com as suas contribuições e sugestões.

A Deputación de Pontevedra, a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM) e a Fundação Centro de Estudos Eurorregionais (CEER), com a integração posterior da Agrupação Europeia de Cooperação Territorial do Rio Minho (AECT Rio Minho), promoveram uma iniciativa de cooperação chamada a marcar a agenda da próxima década na melhoria da integração territorial e na promoção do espaço transfronteiriço.

Os 26 municípios que conformam este projeto, dezasseis galegos e dez portugueses, encaram novas oportunidades e desafios no seu futuro a médio prazo. O minucioso trabalho de documentação desta Estratégia 2030 e o seu excelente diagnóstico serviram de base para estabelecer ações em diversos campos, que favorecerão, sem qualquer dúvida, uma planificação coordenada. É imprescindível ter em conta as conclusões e propostas deste documento, que abrangem dos serviços municipais partilhados à promoção turística conjunta, à mobilidade e à conservação do território.

As administrações têm a responsabilidade de liderar este processo de colaboração e de implementar um modelo de crescimento sustentável em redor do rio Minho, consolidando o território como um referente na cooperação transfronteiriça europeia. Temos um grande potencial e devemos trabalhar incansavelmente para o expressar em feitos.

Partilhamos passado desde a época romana, o Caminho de Santiago foi no medievo um nexo de união entre os dois povos, e as infraestruturas de comunicação estruturaram o território. O rio Minho foi gerador natural de riqueza e testemunha omnipresente dos factos históricos e do nosso progresso. Agora, escrevamos o nosso futuro juntos. Esta Estratégia 2030 é o roteiro idóneo para alcançar este objetivo.

Carmela Silva Rego
Presidente da Deputación de Pontevedra

Prólogo do presidente do CEER

O CEER constitui uma parceria com mais de três lustros de história que reúne as seis universidades públicas da Galiza e do Norte de Portugal. Desde a sua fundação, funcionou como plataforma estável para o fomento do trabalho conjunto entre as universidades que o constituem, para o qual o facto de termos colaborado em projetos interuniversitários de cooperação territorial europeia (INTERREG) foi capital. Neste livro apresenta-se a síntese dos resultados de um destes projetos INTERREG: SMART MINHO, ativo entre 2017 e 2019. Nele, o CEER contribuiu na elaboração de uma estratégia territorial integrada no horizonte 2030 para o Rio Minho, espaço de cooperação emergente entre as duas margens da raia húmida.

Para o CEER e para as suas universidades não é um mero privilégio, mas sim um dever, participar nos processos ativos na sociedade em que se debate sobre o presente e o futuro dos territórios da eurorregião Galiza-Norte de Portugal, da sua economia, do seu meio ambiente, da sua população, etc. Neste sentido, este não foi mais um projeto. De facto, permitiu fundamentar uma estratégia partilhada e participada para que o território conte com uma ferramenta concebida para maximizarmos o seu potencial face ao próximo período comunitário 2021-2027. A universidade foi escolhida para liderar o processo pelos outros parceiros do projeto (a Deputación de Pontevedra e a CIM Alto Minho, depois também o AECT Rio Minho), aos quais agradecemos a confiança. Desejamos ainda que quem leia este volume fique satisfeito com os resultados obtidos.

Manuel Joaquín Reigosa Roger
Reitor da Universidade de Vigo e Presidente da Fundação CEER em 2018-2019

Estratégia Rio Minho 2030

O Alto Minho tem um mercado de proximidade com mais de 3,5 milhões de pessoas a menos de 60 minutos, abrangendo as áreas metropolitanas do Porto e de Vigo, bem como o eixo urbano Braga-Guimarães.

Por sua vez, a fronteira do Alto Minho é não só claramente a zona mais densamente povoada da fronteira entre Portugal e Espanha, mas também a que regista o maior número de fluxos, representando cerca de 47 % dos movimentos de veículos ligeiros entre os dois países.

Importa também referir que a Galiza é hoje o principal cliente português em Espanha, sendo cada vez mais um fenómeno de integração transfronteiriça na Península Ibérica. Em 2016, o último ano com dados disponíveis, as importações de Portugal de bens oriundos da Galiza atingiram, a preços correntes, o valor de 2,5 mil milhões de euros, enquanto as exportações de Portugal para a Galiza atingiram cerca de 2 mil milhões de euros.

A importância do mercado espanhol na economia do Alto Minho reflete-se não só nas trocas comerciais como também no peso do turismo galego na região. Segundo dados do Instituto de Estudos Turísticos da Galiza (IET), em 2009, as dormidas dos galegos em estabelecimentos hoteleiros portugueses representaram cerca de 30 % das dormidas totais de espanhóis. Há também dados impressionantes da utilização do Aeroporto do Porto pelos galegos. Para esta realidade em muito contribui a proximidade geográfica e a promoção deste destino junto da região vizinha – o destino Portugal é comercializado por 10 operadores turísticos da Galiza, sete dos quais situados na província de Pontevedra" (cfr. Estratégia "Alto Minho 2020").

Acresce ainda que o território do Alto Minho dispõe no seu hinterland dos 60 minutos de uma notável rede regional de inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico (Porto, eixo Braga - Guimarães e sul da Galiza), abrangendo, por exemplo o INEGI, o INESC, o CEEIA (automóvel), INL (nanotecnologia), Fraunhofer, I3S (saúde), PIEP (polímeros), CETMAR (Vigo - Galiza), CTAG Automóvel (Porriño – Galiza) ou CETNAGA Naval (Vigo – Galiza).

A nível da União Europeia, o Alto Minho pode beneficiar do seu posicionamento geográfico, com a afirmação no contexto do Arco, Espaço ou Eixo Atlântico e da Eurorregião da Galiza-Norte de Portugal, promovendo a integração e a coesão económica e social em domínios relacionados com iniciativas locais e regionais conjuntas (transfronteiriças) ou com as prioridades europeias (transnacionais), com especial destaque para as ligações ferroviárias no eixo inter-regional Porto – Valença – Viana do Castelo – Vigo – Santiago de Compostela).

O Alto Minho encontra-se, deste modo, bem posicionado para intermediar um processo de abertura e de articulação estreita entre Portugal e Espanha, via Norte-Galiza, que confira expressão económica e maior vínculo aos processos (já existentes, mas relativamente espontâneos) de interpenetração de usos, costumes e hábitos culturais que se fazem sentir nos territórios junto às duas margens do rio Minho, entre os concelhos portugueses e as províncias galegas.

Neste contexto, os futuros programas de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha devem reforçar o seu enfoque exclusivo nas NUTS III transfronteiriças recentrando-se nas regiões-alvo que lhe deram a sua matriz, pelo que a Estratégia Rio Minho Transfronteiriço 2030, promovida pela CIM do Alto Minho em parceria com a Deputación de Pontevedra e com a Fundação Centro de Estudos Eurorregionais Galiza-Norte de Portugal, constitui um contributo importante para a dinamização das relações transfronteiriças de proximidade na Eurorregião Galiza–Norte de Portugal, em particular, para a mobilização de investimentos-âncora no próximo período de programação de fundos comunitários.

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, Eng. José Maria Costa

1 INTRODUÇÃO

O presente documento aborda uma síntese da Estratégia para o território do Rio Minho Transfronteiriço no horizonte 2030. Esta foi formulada entre 2017 e 2019 tendo em conta os quadros comunitários, tanto estratégicos como orçamentários e ainda de outros tipos, do período 2014-2020 e as perspetivas para o próximo período 2021-2027, assim como todo o processo de prolongada reflexão estratégica que teve lugar na Galiza-Norte de Portugal (de agora em diante, a eurorregião). A Estratégia do Rio Minho Transfronteiriço 2030 é inovadora tanto quanto ao seu alcance como quanto ao âmbito territorial em que atua: de escala intermédia, ou seja, supralocal e inferior ao conjunto eurorregional.

Esta Estratégia 2030 pretende sobretudo melhorar o grau de integração territorial assim como a atratividade e promoção do Rio Minho Transfronteiriço na perspetiva do seu desenvolvimento territorial e tendo em vista o bem-estar e a qualidade de vida da sua população, assim como o fomento do emprego e da inclusão social. De forma específica e sistemática, com a elaboração deste documento visou-se também o seguinte:

- Contar com uma estratégia integrada e transfronteiriça que visa o uso sustentável dos recursos endógenos, nomeadamente os relacionados com o rio Minho, de modo que este se converta no vetor central do desenvolvimento territorial.
- Envolver agentes privados e públicos a vários níveis no processo estratégico.
- Promover a participação cidadã, com o objetivo de melhorar tanto o diagnóstico territorial como a formulação de propostas.
- Identificar os objetivos estratégicos para o território.
- Dotar o território de um quadro estável que possibilite uma planificação e uns investimentos a médio prazo.
- Disponibilizar um quadro coerente que permita apoiar a preparação de projetos concretos para os diferentes instrumentos de financiamento dirigidos à cooperação transfronteiriça no próximo período de financiamento comunitário (2021-2027).

A Estratégia 2030 é o principal produto do projeto Smart_Minho, cofinanciado em 75 % pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP 2014-2020), mais concretamente no seu eixo 4, destinado à melhoria da capacidade institucional e eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça. Promovido pela Deputação Provincial de Pontevedra (principal instituição beneficiária), pela Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho e pela Fundação Centro de Estudos Eurorregionais (CEER), durante a implementação do projeto foi constituído, nos inícios de 2018, o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Rio Minho, que também passou a participar nele. Para este organismo, a Estratégia 2030 funciona como agenda de ação para os próximos anos.

O presente documento seleciona os conteúdos mais relevantes da Estratégia 2030. Depois de rever as fases cronológicas seguidas e os métodos usados na sua consecução, expõe-se o contexto territorial que nos permite situar o Rio Minho Transfronteiriço no quadro europeu, focando em particular os contextos transfronteiriços e o seio da eurorregião Galiza-Norte de Portugal. Posteriormente, sintetiza-se a análise das questões-chave temáticas do território abrangido, seguida de um resumo dos diagnósticos estratégicos resultantes dos trabalhos desenvolvidos. Na última secção, apresenta-se o plano de ação resultante, que está estruturado em eixos estratégicos, linhas de ação e objetivos.

Em síntese, a Estratégia do Rio Minho Transfronteiriço 2030 não se esgota com o trabalho de redação de dois anos das universidades públicas da eurorregião e das administrações públicas envolvidas, pretende sim ser a porta de um processo estratégico continuado, a médio prazo, que permita ativar o território transfronteiriço numa lógica unitária e coerente. Isto acontece, sem dúvida, porque múltiplos atores, para além das instituições promotoras, se sentem

não só partícipes mas também corresponsáveis pela execução do presente documento, que se quis alcançar através de um processo participativo intenso desenvolvido paralelamente à sua confeção, com múltiplas retroalimentações. A Estratégia 2030 constitui, portanto, uma ferramenta dinâmica que procura articular as ações futuras no território do Rio Minho Transfronteiriço e que liga a consecução do seu sucesso à cumplicidade da sociedade civil.

> A Estratégia 2030 é uma agenda de ação para fomentar a integração, o desenvolvimento, a sustentabilidade, a atratividade, a coesão e a promoção do Rio Minho Transfronteiriço

2 PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

Do outono de 2017 até ao inverno de 2019 desenvolver-se-ão diversas fases de trabalho, sempre com a premissa partilhada pelas três entidades promotoras (Deputação de Pontevedra, CIM Alto Minho e CEER), aos quais se juntou o AECT Rio Minho quando este foi constituído em fevereiro de 2018, de que se tinham de envolver todos os atores territoriais, assim como a sociedade civil em geral ao longo de todo o projeto. Assim, o processo partiu de uma ronda de entrevistas com responsáveis municipais que permitiu medir o pulso do território a uma escala local e, de forma sucessiva, foram-se incluindo outros mecanismos participativos que abrangeram diversas instâncias sociais, culturais, políticas e económicas presentes no território.

O programa de trabalho, o calendário de execução e as fases de participação foram estabelecidos no outono de 2017 por acordo dos três beneficiários do projeto Smart_Minho. A Equipa Redatora ficou incumbida de executar a programação, com o apoio das equipas técnicas pertencentes aos três parceiros. Para garantir a qualidade científica e académica do processo, o CEER contactou especialistas das universidades públicas eurorregionais, que constituíram o Comité Científico Assessor, que assumiu os papéis que serão explicados a seguir. Desde a sua constituição, o Conselho Coordenador do AECT Rio Minho assumiu uma função de liderança política do projeto.

2.1 FASE INICIAL

Primeira ronda de reuniões com as autarcas

Em finais do outono de 2017 os técnicos nomeados para o projeto por cada uma das entidades participantes levaram a cabo conjuntamente cinco visitas a entidades locais contíguas, de ambos os lados do Minho, que já possuem uma experiência própria de cooperação territorial, nalguns casos até mesmo de prestação conjunta de serviços. Nelas, foram feitas entrevistas de fundo e foi recolhida informação de base (documentos, estatísticas, etc.) usada em fases posteriores. As entrevistas foram realizadas com a ajuda de um roteiro que consistia numa bateria de perguntas com o objetivo de conhecer os problemas e as propostas de cada realidade transfronteiriça. As datas concretas e os participantes nas reuniões foram os seguintes:

- 30 de novembro de 2017: Cerveira – Tomiño.
- 11 de dezembro de 2017: Valença – Tui.
- 12 de dezembro de 2017: Monção – Salvaterra - As Neves.
- 14 de dezembro de 2017: A Guarda – Caminha – O Rosal.
- 21 de dezembro de 2017: Melgaço – Arbo.

Considerou-se necessário partir das diferentes realidades locais para poder fundamentar a construção de uma leitura supramunicipal, num processo de natureza participativa ascendente. Deste modo, a Estratégia do Rio Minho Transfronteiriço 2030 pretendeu conjugar à partida as condições gerais do conjunto territorial com as especificidades de cada uma das partes que o constituem.

Contributos do Comité Científico Assessor

Em paralelo, desenvolveram-se sessões de trabalho com quatro dos especialistas do Comité Científico Assessor, para deste modo obter visões que iriam ser úteis em fases posteriores acerca de:

- Economia inovadora e sustentável (Dr. Anxo Calvo, Universidade da Corunha).
- Diagnóstico do território baseado em atividades produtivas (Dr. Francisco Carballo, Universidade do Minho).
- Comércio tradicional, feiras e cultura (Dr. José Alberto Rio Fernandes, Universidade do Porto).
- Mobilidade, serviços partilhados e turismo (Dr. Rubén Camilo Lois, Universidade de Santiago de Compostela).

Primeiro rascunho do plano de ação

Como conclusão dos trabalhos desta primeira fase, a Equipa Redatora elaborou um primeiro rascunho para o plano de ação, estruturado em eixos estratégicos, linhas de atuação, objetivos e projetos. Este plano de ação foi totalmente reformulado *a posteriori*, mas serviu para enquadrar a fase subsequente de participação cidadã.

2.2 FASE ANALÍTICA

Análise de documentos estratégicos

Na primavera de 2018, o CEER analisou documentos considerados estratégicos para fundamentar adequadamente o presente[1]. Por escalas, situam-se em quatro níveis:

- A **União Europeia**, tanto regulamentos comunitários como documentos de referência de caráter indicativo considerados de interesse. Importa fazer uma menção especial às propostas de Regulamentos para o período 2021-2027 que se conheceram em maio de 2018 para os diversos fundos comunitários, a cooperação territorial e o novo mecanismo concebido para superar os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço que foram incluídos no processo estratégico.
- **A cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal**.
- **O conjunto eurorregional**.
- **Partes do território do Rio Minho Transfronteiriço** para as quais existem planos estratégicos integrais ou setoriais (turismo, desenvolvimento rural, etc.). Na sua análise, chegou-se à conclusão de que o âmbito territorial do Rio Minho Transfronteiriço é pertinente para poder veicular as diferenças detetadas na forma de abordar idênticas questões dos dois lados da fronteira, por exemplo no que diz respeito ao turismo.

Neste sentido, a Estratégia parte de uma avaliação dos antecedentes estratégicos do período 2014-2020 e projeta-se, de forma pioneira, para o período 2021-2027. A consideração destes documentos permite integrar os consensos e os processos participativos de diversa natureza desenvolvidos em cada uma das formulações. Na presente síntese não se recolhem os resultados desta análise que, no entanto, constitui uma das principais bases do plano de ação definitivo.

Análise estatística e documental

Para a fundamentação desta Estratégia 2030, o CEER realizou um trabalho de análise a partir do levantamento exaustivo das fontes estatísticas comparáveis disponíveis (nomeadamente do Eurostat, dos institutos nacionais de estatística de Espanha e de Portugal e do Instituto Galego de Estatística), assim como uma síntese da bibliografia temática relevante no processo estratégico, por exemplo relativa ao rio Minho. Na presente publicação, os pontos 3 e 4 resumem sucintamente a investigação feita neste sentido.

Esta análise e ainda um texto desenvolvido *ad hoc* sobre dinâmicas de cooperação territorial europeia (que nesta síntese não aparece publicado) permitiram reformular tanto o diagnóstico como o plano de ação propostos na fase anterior. O documento resultante constituiu o rascunho da Estratégia 2030 apresentado no I Fórum do Rio Minho Transfronteiriço.

1. Encontram-se na secção final de documentos estratégicos analisados e legislação comunitária mencionada.

A Estratégia 2030 parte dos antecedentes estratégicos do período comunitário 2014-2020 e projeta-se, de forma pioneira, para o futuro período 2021-2027

2.3 FASE PARTICIPATIVA

I Fórum do Rio Minho Transfronteiriço

O evento celebrou-se a 21 de junho de 2018 em Valença com o objetivo de apresentar o primeiro rascunho da Estratégia 2030. Teve uma assistência global de 82 pessoas. Durante a jornada desenvolveram-se quatro mesas setoriais, em função da estrutura do rascunho do diagnóstico e do plano de ação, coordenadas por membros já citados do Comité Científico Assessor, e ainda pela Dra. Sandrina Ferreira Antunes (Universidade do Minho). Os resultados destas mesas em forma de resumos e vídeos foram colocados no *site* http://smartminho.eu/ em finais de junho de 2018, para dar início à participação *online*.



Reuniões das mesas setoriais

Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado durante o I Fórum do Rio Minho Transfronteiriço, as quatro mesas temáticas voltaram a reunir-se depois das férias de verão de 2018. Os vários debates foram moderados uma vez mais por membros já citados do Comité Científico Assessor, e ainda pela Dra. Carmen Villarino e pelo Dr. Valerià Paül (ambos da Universidade de Santiago de Compostela):

- 24 de setembro de 2018 (Tui): governação.
- 27 de setembro de 2018 (Valença): cultura e comércio tradicional.
- 3 de outubro de 2018 (Valença): mobilidade, serviços partilhados e turismo.
- 8 de outubro de 2018 (Tui): setores produtivos.

O número total de assistentes foi de 94. Destas mesas surgiram diversas propostas concretas que foram incluídas no plano de ação.



Segunda ronda de reuniões com os autarcas

Um ano depois da primeira, teve lugar uma segunda ronda já com um rascunho da Estratégia 2030 e com os contributos do processo participativo em marcha. Fundamentalmente, recapitularam-se as ideias tratadas nas entrevistas de 2017 e incluíram-se novidades de outros tipos. Deste modo, pretendeu-se que o diálogo com os representantes locais envolvidos diretamente nas dinâmicas de cooperação transfronteiriça possibilitasse um alto grau de legitimação política do processo estratégico. As datas concretas e os participantes nas reuniões foram os seguintes:

- 2 de outubro de 2018: Valença – Tui.
- 10 de outubro de 2018: Monção – Salvaterra – As Neves.
- 11 de outubro de 2018: Melgaço – Arbo – Crecente.
- 16 de outubro de 2018: A Guarda – Caminha – O Rosal.
- 25 de outubro de 2018: Cerveira – Tomiño.

Participação através do *site*

No verão de 2018 abriu-se o processo de participação cidadã através do portal www.smartminho.eu, que recebeu mais de 1000 visitas até outubro de 2018, altura em que se deu por concluída esta fase. Foi levado a cabo um notável esforço comunicativo para que os cidadãos acedessem a este canal

participativo e pudessem expressar a sua opinião acerca da Estratégia 2030. Foram concebidos três mecanismos paralelos de participação:

- Sobre as conclusões das mesas temáticas realizadas durante o I Fórum (em texto e em vídeo), fomentava-se o envio de contributos que permitiriam posteriormente especificar, alterar, modificar e confirmar os conteúdos. Estes documentos também serviram de base para o trabalho das mesas temáticas desenvolvido paralelamente.
- Sobre o documento do rascunho, colocado de forma integral no *site*, também se visava um retorno em forma de contributos. Receberam-se comentários pontuais relativos a omissões, gralhas e aspetos a melhorar, entre outros.
- Um questionário *online* que pretendia, através de perguntas específicas, detetar a cumplicidade social sobre os eixos estratégicos, as linhas de atuação e os projetos e objetivos presentes no rascunho da Estratégia 2030. Os resultados possibilitaram calibrar distintos graus de consenso cidadão relativamente ao mesmo.

Reuniões com outros atores territoriais e institucionais

Durante o outono de 2018 realizaram-se também outras reuniões com atores relevantes do território, ou com incidência nele, para obter mais visões territoriais pertinentes em relação à configuração definitiva da Estratégia 2030, a saber:

- 7-8 de novembro de 2018: Pacto dos autarcas para o Clima e Energia, Comité das Regiões, Direção-Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL) e Direção-Geral de Política Regional e Urbana (DG REGIO).
- 9 de novembro de 2018: Grupo de Desenvolvemento Rural O Condado – A Paradanta, Asociación de Desenvolvemento Galiza Suroeste (Eurural) e Associação de Desenvolvimento Rural do Minho (ADRIMINHO).
- 20 de novembro de 2018: AECT Galiza-Norte de Portugal e Dirección Xeral de Relacións Exteriores e com a União Europeia da Junta da Galiza.
- 22 de novembro de 2018: Capitania do Porto de Caminha.
- 23 de novembro de 2018: Comandancia Naval de Tui.

Restam grupos locais de interesse cujas visões não foram, por falta de tempo, recolhidas. Porém, entende-se que a Estratégia 2030 é um processo aberto e que, posteriormente a esta publicação, se poderão integrar outras perspetivas e sugestões.

> O II Fórum do Rio Minho Transfronteiriço em novembro de 2018 culminou um intenso período de cinco meses de participação através de distintos mecanismos

2.4 FASE DE ATUALIZAÇÃO

Inclusão das sugestões propostas e redação final

Em finais do outono de 2018, a Equipa Redatora atualizou o rascunho do documento com os contributos da fase participativa. Para tal, modificaram-se especialmente os capítulos de diagnóstico e plano de ação para os adequar aos debates mantidos e às sugestões recebidas. Isto implicou reformular a arquitetura geral da parte das propostas, com alterações como: dar maior importância ao turismo, reforçar a agenda cultural transfronteiriça e a questão da sustentabilidade e incluir explicitamente a necessidade de gerir os custos de contexto fronteiriço (em temas educativos, sanitários, de emergências, etc.), independentemente de quem tem a competência nos mesmos.

II Fórum do Rio Minho Transfronteiriço

O evento celebrou-se a 29 de novembro de 2018 em Goián (Tomiño) com o objetivo de apresentar o documento estratégico reformulado, através de relatórios que incidiram nos conteúdos definitivos e nas modificações introduzidas, assim como nos resultados específicos das diferentes mesas temáticas desenvolvidas ao longo do outono, com a presença do Comité Científico Assessor. Foi a última oportunidade para se obter um retorno cidadão. Teve uma assistência global de 70 pessoas.

2.5 SÍNTESE DO TEXTO DEFINITIVO

Depois da síntese das conclusões dos debates travados no II Fórum, em inícios de 2019 a Equipa Redatora fechou o texto definitivo, que foi debatido em diversas reuniões com o Conselho Coordenador do AECT Rio Minho em janeiro e fevereiro de 2019. Este texto foi enviado a todas as câmaras municipais envolvidas em março de 2019 e debatido no Conselho Consultivo do AECT Rio Minho a 4 de abril de 2019: houve um prazo de quinze dias para alegações finais. A presente publicação, em línguas portuguesa e galega, sintetiza o documento obtido para que seja funcional e eficaz.

Importa esclarecer que ficou combinado retirar da presente versão a lista de 40 propostas específicas que figura no plano de ação do documento completo. Trata-se de uma bateria de medidas suscetível de alterações imediatas durante este mesmo 2019 e ao longo de 2020, à medida que se vão assentando os quadros políticos e orçamentários para o período 2021-2027, nestes momentos incertos. Por isso, e visando a estabilidade para a próxima década, opta-se por publicar apenas os eixos estratégicos, as linhas de ação e os objetivos da Estratégia 2030 tal como se encontram definitivamente configurados.



3 CONTEXTO TERRITORIAL

O território do Rio Minho Transfronteiriço constitui um âmbito estruturado em redor do troço final do rio mais importante do noroeste peninsular, que coincide com a fronteira ocidental entre a Galiza e Portugal. Desde a foz do Troncoso no Minho, a este, até à foz do Minho no oceano Atlântico, a oeste, as águas decorrem por pouco mais de 75 km de percurso, dos quais os últimos 35 km, desde Valença – Tui, são considerados já estuário, com variações de marés e aptos para a navegação. Assim, rio e fronteira, fronteira e rio, constituem o vetor principal do território. A presente Estratégia 2030 é desenvolvida para o Rio Minho Transfronteiriço, mas não pode ignorar os quadros mais abrangentes em que este território se insere e que, precisamente, explicam em grande medida as suas atuais dinâmicas:

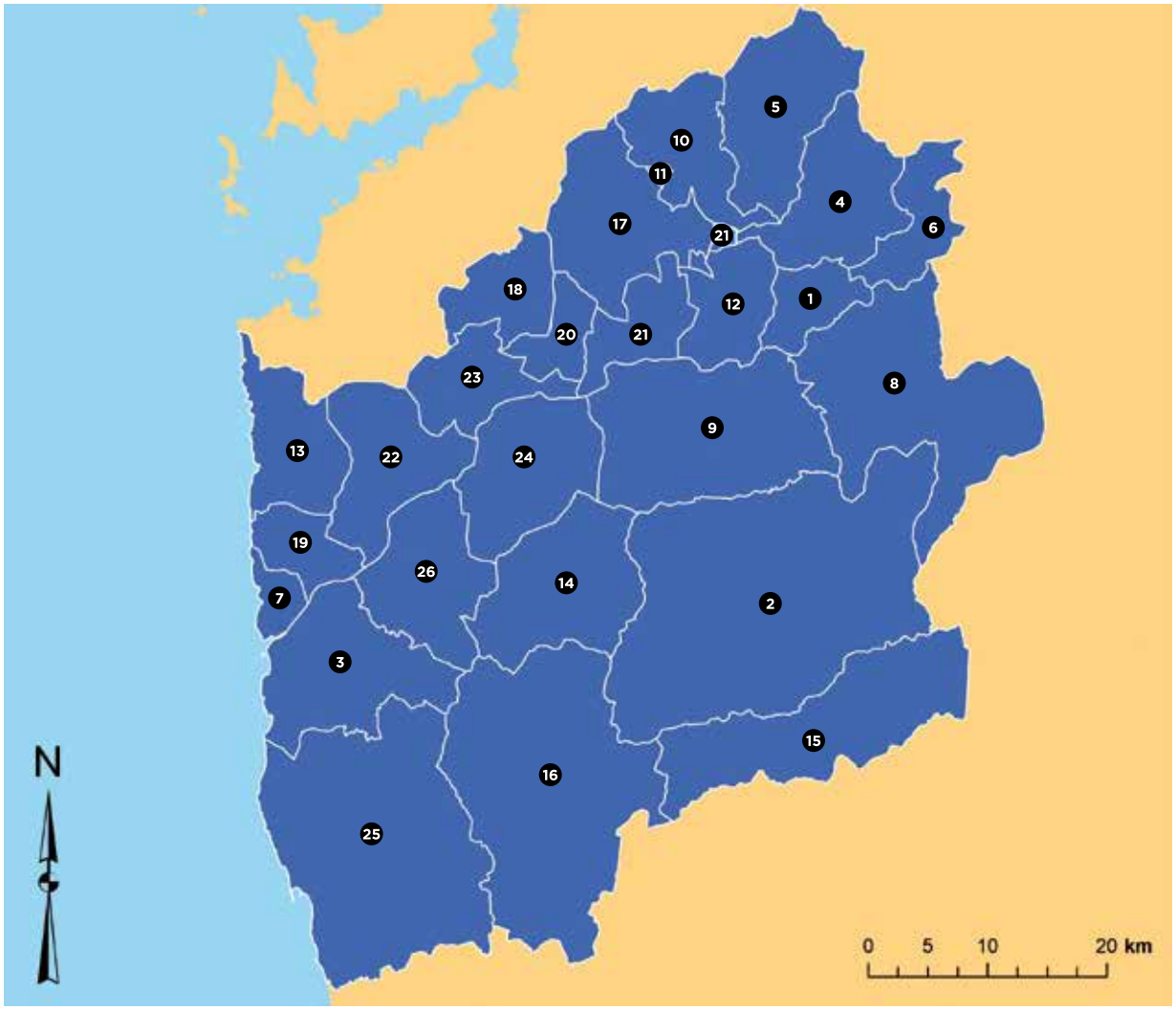
- A **União Europeia** que, desde que afeta diretamente este território (em 1986 os dois estados ibéricos entraram na então Comunidade Europeia), propicia a superação da fronteira e o aparecimento de um quadro de cooperação de escala continental que também se manifesta na emergência de uma cooperação a nível local, em redor da fronteira.
- O conjunto **Galiza-Norte de Portugal**, popularmente conhecido como **eurorregião**, que responde a um passado partilhado (a Gallaecia romana e altomedieval), mas que na atualidade, superadas as fronteiras institucionalizadas nos tratados de limites e de demarcação de finais do século XIX e inícios do XX, se carateriza por um funcionamento territorial integrado. Isto vai além da cooperação político-administrativa formalizada e abrange dimensões como a economia, a mobilidade ou o emprego.

Importa indicar que o território do Rio Minho Transfronteiriço inclui os 26 concelhos seguintes:

- Na **Galiza**, 16 concelhos do sul da província de Pontevedra (província que, em nomenclatura estatística europeia, é território de nível NUTS III): A Cañiza, A Guarda, Arbo, As Neves, Covelo, Crecente, Mondariz, Mondariz-Balneario, O Porriño, O Rosal, Oia, Ponteareas, Salceda de Caselas, Salvaterra de Miño, Tomiño e Tui.
- No **Norte de Portugal,** os 10 concelhos que constituem o distrito de Viana do Castelo (a NUTS III do Alto Minho): Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

> O Rio Minho Transfronteiriço inclui 16 concelhos do sudeste da Galiza e o Alto Minho português

TERRITÓRIO DO RIO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO



1. Arbo
2. Arcos de Valdevez
3. Caminha
4. A Cañiza
5. Covelo
6. Crecente
7. A Guarda
8. Melgaço
9. Monção
10. Mondariz
11. Mondariz-Balneario
12. As Neves
13. Oia
14. Paredes de Coura
15. Ponte da Barca
16. Ponte de Lima
17. Ponteareas
18. O Porriño
19. O Rosal
20. Salceda de Caselas
21. Salvaterra de Miño
22. Tomiño
23. Tui
24. Valença
25. Viana do Castelo
26. Vila Nova de Cerveira

3.1 A UNIÃO EUROPEIA[2]

A **população** dos **27 países da União Europeia** (UE27), sem o Reino Unido, é de 446 milhões de habitantes (2018), 6 % do total planetário. Porém, o **produto interno bruto** representa uma percentagem muito maior: 19,5 % global, também excetuando o Reino Unido. Depois dos Estados Unidos, constitui a **segunda economia do mundo**. É considerada a maior área de integração económica e política entre diversos países do planeta.

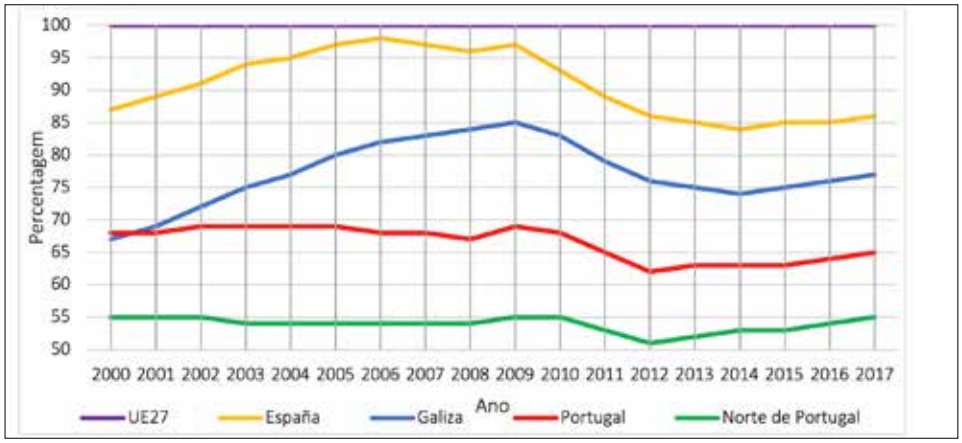
Dentro da União Europeia (UE), a **eurorregião** representa 1,4 % da população da UE27 em 2018. Ocupa, no entanto, 1,2 % do território da UE27, o que indica que a densidade populacional é comparativamente maior do que a média comunitária. Produz 0,9 % do PIB da UE27 (dado de 2017); este último evidencia que o peso económico da eurorregião na UE é inferior ao demográfico.

Na UE expressa-se de forma *standard* a **convergência no tempo das economias regionais e nacionais** calculando a percentagem do seu PIB *per capita* em relação à média comunitária. Todos os anos se publica esse dado, o que permite distribuir os fundos de coesão em função da situação dos diversos territórios da UE. Tal como se pode ver no gráfico adjunto, realizado em relação à UE27 (sem o Reino Unido), a eurorregião apresenta um comportamento diferencial de um outro e de outro lado da fronteira:

- A **Galiza** protagonizou na década de 2000 uma convergência face à média comunitária a maior velocidade do que o conjunto da economia espanhola e chegou a situar-se em 85 % em 2009. Porém, os efeitos da crise pós-2007 implicaram uma queda para menos do limiar dos 75 % (chave até agora para o cálculo da distribuição dos fundos regionais comunitários) em 2014. Nestes últimos anos situa-se de novo levemente acima dos 75 %, o que compromete a receção futura de parte dos fundos.
- O **Norte de Portugal**, tal como o conjunto deste país, mostra um comportamento estacionário nestas duas décadas, embora também seja patente o impacto da crise pós-2007. Situa-se sempre longe da média comunitária e abaixo do limiar dos 75 %, o que garante a receção de fundos comunitários de desenvolvimento regional.

A UE dedicou um esforço continuado na eliminação das barreiras fronteiriças interiores, que afetam diretamente 38 % da população comunitária. Para além dos precedentes, é sobretudo na década de 1990 que esta política se institucionaliza ao abrigo do **programa INTERREG**, destinado às regiões fronteiriças. Calcula-se que de 1990 a 2013 este recebeu 18 177 milhões de euros e as previsões globais para 2014-2020 rondam metade deste valor. Originalmente, só territórios NUTS III próximos da fronteira puderam beneficiar destes fundos (por exemplo, o Alto Minho em Portugal e a província de Pontevedra na Galiza), mas nos últimos períodos do programa toda a eurorregião beneficiou do INTERREG. Isto tendeu a afastar do

Variação da percentagem de Espanha, Galiza, Norte de Portugal e Portugal em relação à média comunitária do PIB *per capita*, 2000-2017.



Fonte: elaboração própria a partir do Eurostat (2018)

2. Para facilitar a leitura de um texto desta natureza evitam-se as referências bibliográficas. A presente secção baseia-se em Wassenberg e Reitel (2015), Paül et al. (2017) e Strandell e Wolf (2018), assim como no tratamento de dados obtidos pelo Eurostat (https://ec.europa.eu/eurostat), dos institutos nacionais de estatística espanhol (http://ine.es/) e português (https://www.ine.pt/) e do *site* dos AECT do Comité das Regiões (https://portal.cor.europa.eu/egtc/).

território estritamente fronteiriço boa parte dos fundos comunitários dedicados à cooperação transfronteiriça.

> Os fundos INTERREG beneficiaram no início apenas as regiões fronteiriças, mas na atualidade distribuem-se em âmbitos territoriais mais abrangentes, o que tende a afastá-los do território estritamente fronteiriço

Desde o segundo período INTERREG até finais da década de 1990, a UE convidou as regiões fronteiriças participantes a institucionalizarem-se e a formalizarem-se para garantir a continuidade nos projetos de cooperação. A fórmula jurídica que acabou por ser concebida para o permitir são os **agrupamentos europeus de cooperação territorial** (AECT), instituídos através de legislação comunitária específica: o Regulamento 1082/2006, emendado pelo Regulamento 1302/2013. Os AECT constituem, de facto, a nova manifestação do processo aberto na década de 1960, com a criação das primeiras regiões transfronteiriças (algumas delas originalmente chamadas *eurorregiões*). Na atualidade existem 70 AECT constituídos, entre os quais:

- No território Galiza-Norte de Portugal destaca-se o AECT para o conjunto eurorregional, que começou a trabalhar em 2010 mas que deriva de uma experiência de trabalho conjunto com quase duas décadas de história, naquela altura, em forma de Comunidade de Trabalho (criada em 1991).
- Desde 2013, existe um AECT entre dois concelhos do interior (Chaves–Verín), denominado *eurocidade*.
- Desde 2018, o território abrangido pela presente Estratégia 2030 conta com um AECT por si só: o rio Minho.

3.2 A EURORREGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL[3]

A eurorregião possui na atualidade (dados de 2018) quase **6,3 milhões de habitantes**, 11 % da população da Península Ibérica em 8,5 % do seu território. Isto evidencia em termos gerais uma maior densidade demográfica do que o conjunto peninsular, o que é coerente com a litoralização da população ibérica. A litoralização é um fenómeno territorial generalizado pelo qual o interior peninsular tendeu a desertificar-se em detrimento das zonas costeiras ao longo do tempo.

Em 2018, **57 % da eurorregião vive no Norte de Portugal e 43 % na Galiza**. Porém, as proporções territoriais são opostas: **58 % do território eurorregional é galego, ao passo que 42 % pertence ao Norte de Portugal**. Isto implica que, em termos gerais, a densidade populacional é significativamente maior no lado português da fronteira do que no galego. Tal como se pode ver no quadro adjunto, nas últimas três décadas as proporções entre os dois lados da fronteira têm-se mantido estáveis.

Este quadro, e também os mapas, evidenciam a **litoralização** referida, à escala **eurorregional**: os territórios interiores (Douro, Lugo, Ourense, Terras de Trás-os-Montes, etc.) tendem a baixar a sua participação na demografia eurorregional, enquanto os litorais (Área Metropolitana do Porto, Ave, Corunha, Pontevedra, etc.) a intensificam. A única **exceção** neste sentido é o **Alto Minho**, que, apesar de ser costeiro, perde população tanto em termos absolutos como relativos. Assim, trata-se de um território de comportamento demográfico excecional na franja ocidental da eurorregião.

3. A presente secção baseia-se em Instituto Lawrence R. Klein (1999), Alonso e Lois (2003), Lois (2004), Nordregio (2005), Florida (2008), Paül e Pazos (2009), Rio Fernandes (2014), Marull e Boix (2016), Pardellas e Padín (2017), Paül et al. (2017) e Vives e Paül (2018), assim como no tratamento de dados obtidos pelo Eurostat (https://ec.europa.eu/eurostat) e pelos institutos nacionais de estatística espanhol (http://ine.es/) e português (https://www.ine.pt/).

Variação demográfica da Galiza e do Norte de Portugal, por NUTS II e NUTS III, 2000-2017.

NUTS III e NUTS II	1991		2001		2011		2018	
A Coruña	1 097 942	17,69	1 095 881	17,18	1 140 071	17,63	1 121 417	17,86
Lugo	385 194	6,20	359 818	5,64	349 523	5,40	331 492	5,28
Ourense	355 065	5,72	339 681	5,33	330 017	5,10	309 314	4,93
Pontevedra	897 356	14,45	902 645	14,15	953 800	14,75	940 926	14,98
GALIZA	**2 735 557**	**44,06**	**2 698 025**	**42,30**	**2 773 411**	**42,89**	**2 703 149**	**43,05**
Alto Minho	250 059	4,03	249 667	3,91	245 306	3,79	232 178	3,70
Cávado	353 267	5,69	391 936	6,15	410 383	6,35	403 953	6,43
Ave	389 367	6,27	425 433	6,67	425 720	6,58	413 854	6,59
Á. M. Porto	1 595 762	25,70	1 727 529	27,09	1 761 075	27,23	1 719 702	27,39
Alto Tâmega	112 511	1,81	104 580	1,64	94 391	1,46	87 157	1,39
Tâmega e Sousa	401 820	6,47	433 252	6,79	433 340	6,70	418 768	6,67
Douro	237 238	3,82	220 375	3,46	205 574	3,18	192 046	3,06
T. Trás-os-Montes	132 691	2,14	126 969	1,99	117 796	1,82	108 547	1,73
NORTE DE PORTUGAL	**3 472 715**	**55,94**	**3 679 741**	**57,70**	**3 693 585**	**57,11**	**3 576 205**	**56,95**
TOTAL	**6 208 272**		**6 377 766**		**6 466 996**		**6 279 354**	

Fonte: elaboração própria a partir do Eurostat e dos institutos nacionais de estatística de Espanha e Portugal (2018).

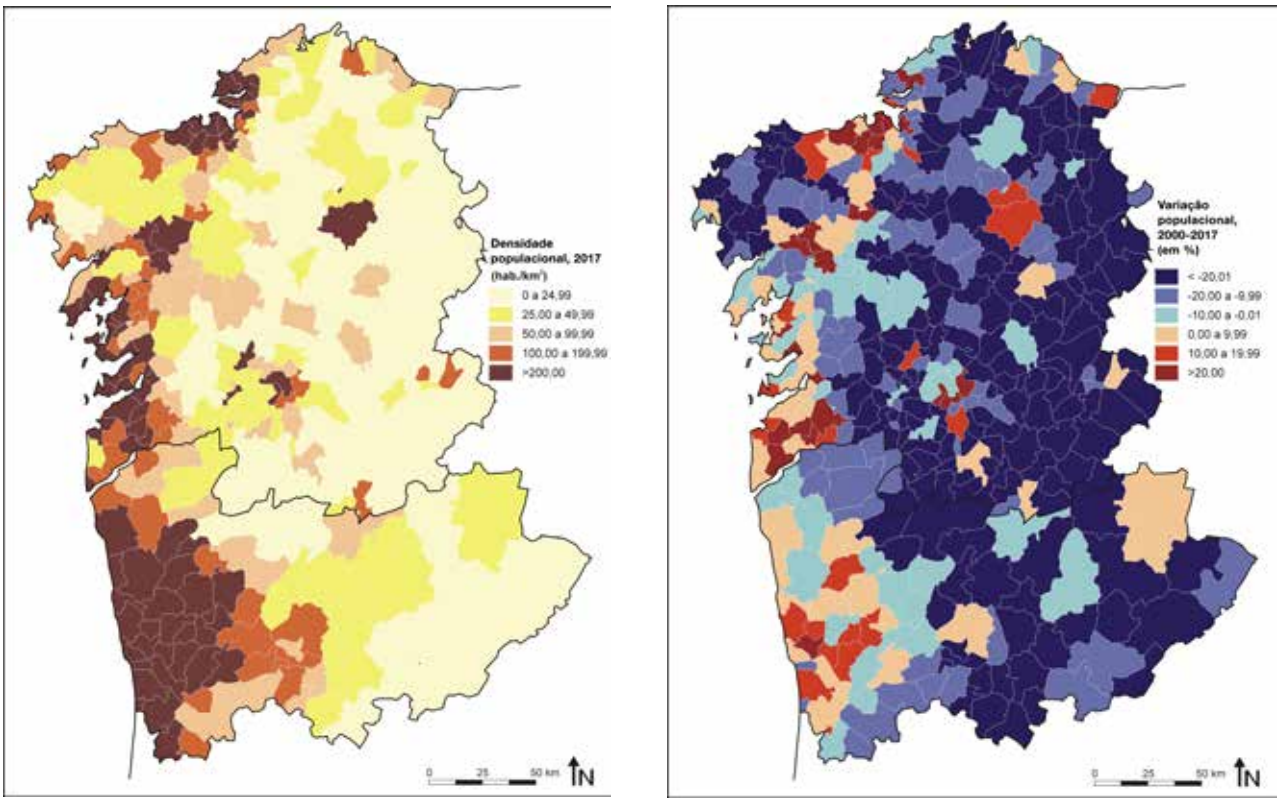
A litoralização demográfica coincide na eurorregião com a conformação do **eixo urbano atlântico galego-português**. Este eixo articula: as grandes áreas metropolitanas do noroeste peninsular (Porto, Vigo e Corunha), as áreas urbanas de cidades situadas a uma certa distância das primeiras mas, ao mesmo tempo, muito relacionadas (Braga, Ferrol, Pontevedra, etc.), realidades urbanas que funcionam de forma mais autónoma dentro do eixo (Santiago de Compostela, Viana do Castelo, Vilagarcía de Arousa, etc.) e áreas muito urbanizadas como O Salnés ou os baixos vales do Ave e do Cávado. Este eixo está articulado na Galiza pela autoestrada AP9 e no Norte de Portugal pela A3, que fazem parte da rota europeia E01 (de Larne, Irlanda do Norte, a Sevilha, Espanha). Em termos ferroviários, na prática só existe alta velocidade no troço da Corunha a Vigo, de modo que a fronteira impediu um desenvolvimento neste campo.

O Rio Minho Transfronteiriço situa-se no centro do eixo urbano atlântico galego-português

No mapa das densidades demográficas pode-se seguir este eixo urbano sem interrupções de Ferrol em direção ao sul. Destaca-se claramente a concentração da **Área Metropolitana do Porto**. De uma perspetiva administrativa, a NUTS III homónima (gerida por uma Área Metropolitana institucionalizada), situa-se acima dos **1,7 milhões de habitantes**. No entanto, de uma ótica abrangente, considera-se que as regiões NUTS III do Ave e do Cávado - ou seja, Braga e Guimarães e cidades próximas (Barcelos, Famalicão, etc.) -, assim como Aveiro (já administrativamente fora do Norte), também participam da realidade metropolitana portuense, o que supera globalmente os **3 milhões de habitantes**. De facto, a área metropolitana do Porto é uma das principais metrópoles da UE. Por exemplo, o Porto foi classificado como uma das 76 *Metropolitan European Growth Areas* de acordo com o programa europeu ESPON.

Determinadas instâncias consideram que a dinâmica territorial do eixo urbano atlântico galego-português não se interrompe a sul de Aveiro, mas que se prolonga até à região urbana de **Lisboa**. Na controversa cartografia de Richard Florida de doze megalópolis europeias, todo este eixo urbano litoral galego-português foi identificado como um só conjunto de mais de **9 milhões de habitantes**.

Densidade populacional, 2017, e variação populacional, 2000-2017, dos concelhos da Galiza e do Norte de Portugal.



Fonte: elaboração própria a partir dos institutos nacionais de estatística de Espanha e Portugal (2018)

De acordo com este autor, na Península Ibérica só existem outros dois espaços urbanizados homologáveis: o eixo urbano mediterrâneo (com mais de 27 milhões de habitantes, somando várias cidades do sudeste de França) e Madrid (com mais de 5 milhões de habitantes).

O contraste entre o interior e o litoral da eurorregião também se pode verificar na dinâmica demográfica das duas últimas décadas: os **concelhos interiores** comportam-se de **forma recessiva** e estão **envelhecidos**, com alguma exceção urbana pontual, ao passo que os **litorais** têm um **comportamento expansivo** e uma **população mais jovem**, nomeadamente as **áreas metropolitanas do Porto, Vigo, Corunha, Santiago de Compostela, etc.** Assim, os concelhos que mais tendem a crescer não são os centrais das respetivas áreas metropolitanas, mas sim os periféricos, como se evidencia no caso de Vigo, com crescimentos demográficos muito significativos em concelhos do Baixo Miño ou do Condado, na fronteira galego-portuguesa ou muito perto dela.

Em termos demográficos, a dinâmica viguesa não cruzou o rio Minho em direção ao sul, embora seja óbvio que a afeta economicamente. Assim, desde finais dos anos 1990 que já se assinalava que os concelhos do Alto Minho gravitam de um ponto de vista comercial em direção a Vigo. Porém, nos últimos anos, o reforço do papel comercial de Braga e a melhoria das comunicações com o Porto - a A3 foi concluída em 1998 e o atual percurso da A28 foi terminado em inícios do século XXI - puderam modificar as geografias comerciais de boa parte destes concelhos, tal como dos galegos do Rio Minho Transfronteiriço, de modo que tenderam para sul. De qualquer forma, delimitar o **fenómeno metropolitano viguês** não deixa de ser um assunto complexo tanto por razões de índole política (a Área Metropolitana administrativa das Leis 4/2012 e 14/2016 não corresponde ao seu âmbito funcional), como pela sua inserção no eixo urbano atlântico, sem solução de continuidade. A maior parte dos autores considera que supera o **meio milhão de habitantes**, mas outros opinam que excede o milhão.

Também do ponto de vista industrial, o Alto Minho recebeu nos últimos anos **indústrias relocalizadas** do setor central da área metropolitana de Vigo, como no passado fizera o concelho do Porriño, cuja zona industrial das Gándaras de Budiño foi inaugurada em 1967, ou se pretende que aconteça com a Plataforma Logística de Salvaterra – As Neves (PLISAN), cuja primeira fase começou a ser executada em 2015. Como se torna evidente, as intensas relações industriais, sociais, culturais e económicas da eurorregião têm o seu epicentro no **território do Rio Minho Transfronteiriço**.

Por esse motivo, existe uma **vontade de cooperação territorial** a esta escala **do Rio Minho Transfronteiriço** há décadas. Antes do AECT Rio Minho, constituído em 2018, já tinha havido iniciativas neste sentido, que são os precedentes de como a eurorregião se articula de forma mais intensa no âmbito territorial estritamente transfronteiriço:

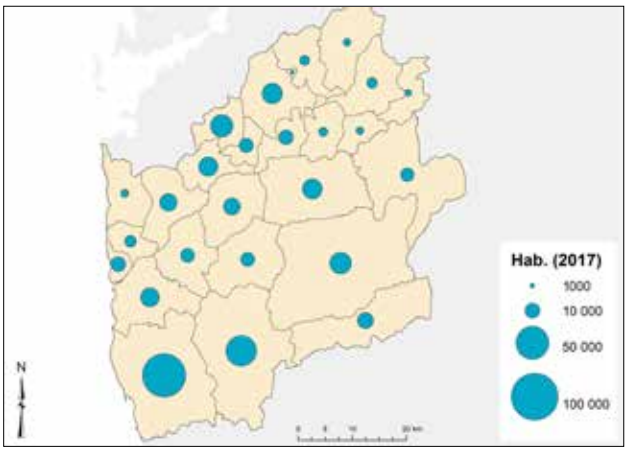
- **Uniminho:** desde 2005, os concelhos do curso mais baixo do rio Minho assinaram um acordo de colaboração entre duas entidades supramunicipais: a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho (que integrava cinco concelhos portugueses: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) e a Deputação de Pontevedra (em representação dos concelhos de Arbo, A Cañiza, Covelo, Crecente, A Guarda, As Neves, Mondariz, Mondariz-Balneario, Oia, Ponteareas, O Porriño, O Rosal, Salceda de Caselas, Salvaterra do Miño, Tomiño e Tui).
- **Eurocidades** num sentido bilateral, entre concelhos vizinhos. A partir do referente Chaves – Verín, assinaram acordos as eurocidades Valença – Tui (2012), Monção – Salvaterra (2017) e Tomiño – Cerveira (2018). Ao contrário do precedente interior, nestes casos optou-se por não institucionalizar novos AECT bilaterais, de modo que o AECT só se articula a uma escala de conjunto. As eurocidades têm como objetivo agrupar recursos, através da planificação e gestão conjunta de serviços e equipamentos comuns nos concelhos fronteiriços.

4 ANÁLISE TERRITORIAL[4]

A análise realizada responde às necessidades estratégicas do projeto de cooperação em que se enquadra. Assim, os elementos analisados procuram caraterizar a realidade do território através de uma síntese de elementos analíticos quantificáveis, centrada nos âmbitos temáticos da **população**, da **estrutura económica**, dos **serviços conjuntos existentes**, da **mobilidade** e, finalmente, dos **recursos naturais**, onde o rio Minho se destaca como eixo estruturador e elemento de singularidade territorial.

4.1 POPULAÇÃO

População total por concelhos, 2017.



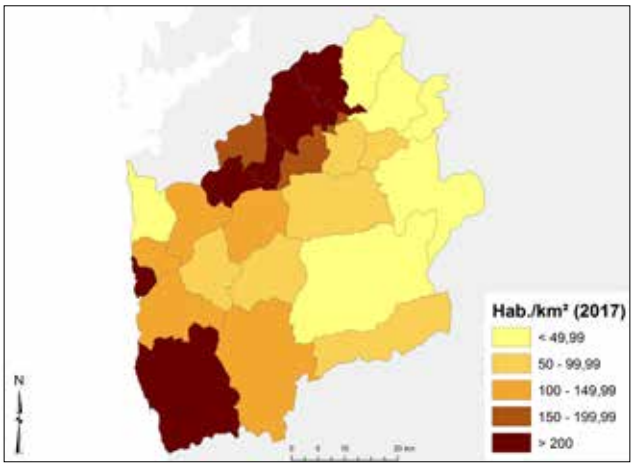
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

População total e densidade populacional

O território do Rio Minho Transfronteiriço tem uma superfície de 3313 km² e conta com uma população total de 366 482 habitantes (todos os dados relativos à população se referem a 2017). Neste conjunto existem diferenças relevantes por concelhos, tanto em termos de superfície municipal como populacional, segundo se pode ver nos mapas e quadros adjuntos nesta secção. Quanto à superfície

4. Salvo indicação em contrário, os dados estatísticos mencionados provêm dos institutos nacionais estatísticos espanhol (http://ine.es/) e português (https://www.ine.pt/) e do Instituto Galego de Estatística (http://ige.eu/).

Densidade populacional por concelhos, 2017.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017)

territorial municipal deve destacar-se a diferença de tamanho que se encontra dos dois lados do rio: os concelhos portugueses costumam ser maiores do que os galegos. Isto significa que, globalmente, a população dos segundos é, em geral, menor do que a dos primeiros.

Por outro lado, em termos comparativos, a densidade populacional do território do Rio Minho Transfronteiriço (110,6 habitantes/km^2) é mais elevada do que a média da Galiza e de Espanha (91,6 e 92,0, respetivamente), embora inferior à do Norte de Portugal (168,5) e muito semelhante à de Portugal (111,8). Neste indicador destacam-se as grandes diferenças existentes entre, maioritariamente, os municípios litorais ocidentais e os interiores orientais.

Evolução populacional no período 1991-2017

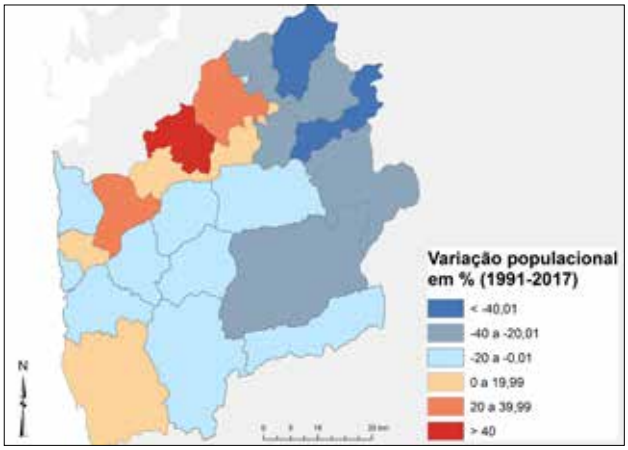
A evolução populacional global no território foi ligeiramente negativa nos anos 1991-2017, de modo que decresceu em -2,1 %. Destacam-se perdas de população muito consideráveis na zona interior-oriental, que rondam -50 % em menos de três décadas. Simultaneamente, registam-se elevados aumentos em concelhos do segundo anel periurbano da área metropolitana de Vigo, por exemplo, Salceda de Caselas, Ponteareas, Tomiño ou O Porriño. Finalmente, existe um grupo de concelhos que perdem ou mantêm população com variações percentuais menos significativas.

Superfície, população e densidade populacional por concelhos, 2017

CONCELHOS	SUPERFÍCIE	POPULAÇÃO TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL	CONCELHOS	SUPERFÍCIE	POPULAÇÃO TOTAL	DENSIDADE POPULACIONAL
Arbo	42,9	2711	63,2	Arcos de Valdevez	447,6	21 324	47,6
A Cañiza	105,0	5233	49,8	Caminha	136,5	15 971	117,0
Covelo	127,9	2505	19,6	Melgaço	238,3	8400	35,3
Crecente	57,5	2082	36,2	Monção	211,3	18 192	86,1
A Guarda	20,5	10 051	490,3	Paredes de Coura	138,2	8712	63,0
Mondariz	85,1	4548	53,4	Ponte da Barca	182,1	11 392	62,6
Mondariz-B.	2,3	627	272,6	Ponte de Lima	320,3	42 060	131,3
As Neves	65,5	3968	60,6	Valença	117,1	13 437	114,7
Oia	83,3	3004	36,1	Viana do Castelo	319,0	85 445	267,8
Ponteareas	125,6	22 893	182,3	Vila Nova de Cerveira	108,5	8880	81,9
O Porriño	61,2	19 600	320,3	RIO MINHO TRANSFRONT.	3.313,1	366.482	110,6
O Rosal	44,1	6328	143,5	ESPANHA	505.944,0	46.572.132	92,0
S. Caselas	35,9	9017	251,2	GALIZA	29.574,0	2.708.339	91,6
Salvaterra M.	62,5	9657	154,5	PORTUGAL	92.226,0	10.309.573	111,8
Tomiño	106,6	13 585	127,4	NORTE DE PORTUGAL	21.278,0	3.584.575	168,5
Tui	68,3	16 860	246,9				

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Variação populacional por concelhos, 1991-2017.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Os municípios cuja população mais aumenta fazem parte do segundo anel periurbano da área metropolitana de Vigo

População por sexo

Como costuma acontecer nas populações humanas, no Rio Minho Transfronteiriço a percentagem de mulheres (52,6 %) é maior do que a de homens (47,4 %). No território português não há nenhum concelho em que a percentagem de homens seja superior à de mulheres, mas o mesmo não acontece no caso galego, onde alguns apresentam percentagens similares ou até ligeiramente superiores.

População total por grandes grupos etários, idade média e índice de envelhecimento

No Rio Minho Transfronteiriço o grupo de idades compreendidas entre 0 e 15 anos é semelhante ao da Galiza, mas inferior ao de Espanha, Portugal e Norte de Portugal, o que denota escassa presença de população jovem no território de estudo. Em contrapartida, o grupo de idades de 65 ou mais anos, tal como acontece na Galiza, é superior ao do conjunto de Espanha, Portugal e Norte de Portugal. Deduz-se, portanto, um maior envelhecimento populacional neste território de análise, em termos comparativos.

Variação populacional por concelhos, 1991-2017.

CONCELHOS	VARIAÇÃO (%) 1991-2017	CONCELHOS	VARIAÇÃO (%) 1991-2017
Arbo	-46,3	Arcos de Valdevez	-21,0
A Cañiza	-34,8	Caminha	-1,5
Covelo	-43,6	Melgaço	-23,8
Crecente	-49,0	Monção	-16,5
A Guarda	-0,4	Paredes de Coura	-16,6
Mondariz	-32,4	Ponte da Barca	-13,3
Mondariz-Balneario	-0,3	Ponte de Lima	-3,1
As Neves	-26,1	Valença	-9,3
Oia	-4,9	Viana do Castelo	2,8
Ponteareas	45,5	Vila Nova de Cerveira	-2,9
O Porriño	29,2	RIO MINHO TRANSFRONT.	-2,1
O Rosal	9,5	ESPANHA	19,8
Salceda de Caselas	57,8	GALIZA	-1,0
Salvaterra de Miño	8,3	PORTUGAL	4,5
Tomiño	32,9	NORTE DE PORTUGAL	3,2
Tui	10,6		

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

População masculina e feminina por concelhos, 2017.

CONCELHOS	HOMENS (%)	MULHERES (%)	CONCELHOS	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Arbo	51,1	48,9	Arcos de Valdevez	45,4	54,6
A Cañiza	48,7	51,3	Caminha	45,8	54,2
Covelo	49,7	50,3	Melgaço	43,9	56,1
Crecente	47,9	52,1	Monção	45,2	54,8
A Guarda	48,6	51,4	Paredes de Coura	47,4	52,6
Mondariz	49,0	51,0	Ponte da Barca	45,7	54,3
Mondariz-Balneario	52,0	48,0	Ponte de Lima	46,8	53,2
As Neves	48,3	51,7	Valença	46,4	53,6
Oia	49,9	50,1	Viana do Castelo	47,0	53,0
Ponteareas	48,7	51,3	Vila Nova de Cerveira	47,6	52,4
O Porriño	49,2	50,8	RIO MINHO TRANSFRONT.	47,4	52,6
O Rosal	49,1	50,9	ESPANHA	49,0	51,0
Salceda de Caselas	49,9	50,1	GALIZA	48,2	51,8
Salvaterra de Miño	49,8	50,2	PORTUGAL	47,4	52,6
Tomiño	50,3	49,7	NORTE DE PORTUGAL	47,4	52,6
Tui	48,2	51,8			

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

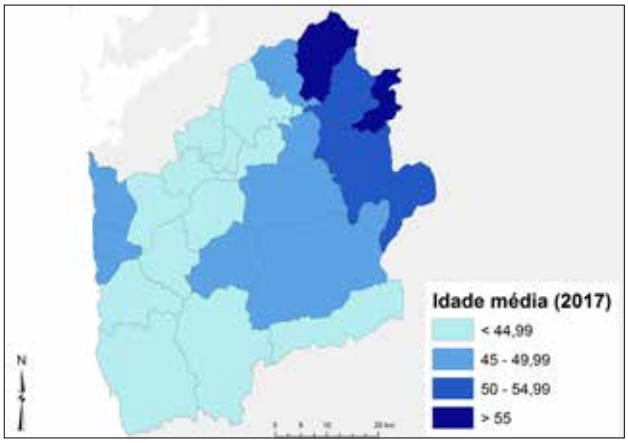
Estrutura da população por idades por concelhos, 2017.

CONCELHOS	0-15	16-64	65 ou +	CONCELHOS	0-15	16-64	65 ou +
Arbo	9,1	56,4	34,5	Arcos de Valdevez	10,2	57,4	32,3
A Cañiza	11,6	58,1	30,3	Caminha	11,2	63,8	25,0
Covelo	7,7	52,6	39,7	Melgaço	8,6	54,4	37,0
Crecente	5,4	55,8	38,8	Monção	9,8	61,0	29,2
A Guarda	12,8	65,6	21,6	Paredes de Coura	11,8	60,2	28,1
Mondariz	9,9	59,5	30,6	Ponte da Barca	11,1	64,4	24,5
Mondariz-Balneario	10,8	64,6	24,6	Ponte de Lima	13,3	65,6	21,2
As Neves	10,8	60,4	28,8	Valença	11,7	63,9	24,4
Oia	12,9	63,0	24,1	Viana do Castelo	12,5	65,7	21,7
Ponteareas	16,8	65,9	17,3	Vila Nova de Cerveira	12,1	64,6	23,3
O Porriño	16,0	68,3	15,7	RIO MINHO TRANSFRONT.	12,8	63,9	23,3
O Rosal	12,9	64,3	22,9	ESPANHA	15,9	65,3	18,8
Salceda de Caselas	18,7	67,1	14,3	GALIZA	12,7	62,7	24,6
Salvaterra de Miño	14,1	64,0	21,9	PORTUGAL	14,0	64,9	21,1
Tomiño	14,0	64,9	21,1	NORTE DE PORTUGAL	13,3	67,2	19,5
Tui	15,1	64,0	20,9				

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Existem diferenças relevantes por concelhos. Efetivamente, há concelhos onde a população idosa chega a quase 40 % dos efetivos demográficos, nomeadamente na franja mais interior-oriental (Covelo, Crecente, Melgaço, etc.). Por outro lado, há concelhos onde a percentagem de demografia jovem supera as médias de Espanha e Portugal, mais altas do que as eurorregionais. Estes casos onde a população jovem atinge níveis tão altos (Salceda de Caselas, Ponteareas, O Porriño, etc.) devem-se de novo à inserção na dinâmica da Área Metropolitana de Vigo, onde se produziram variações residenciais significativas nas últimas décadas.

Idade média por concelhos, 2017.



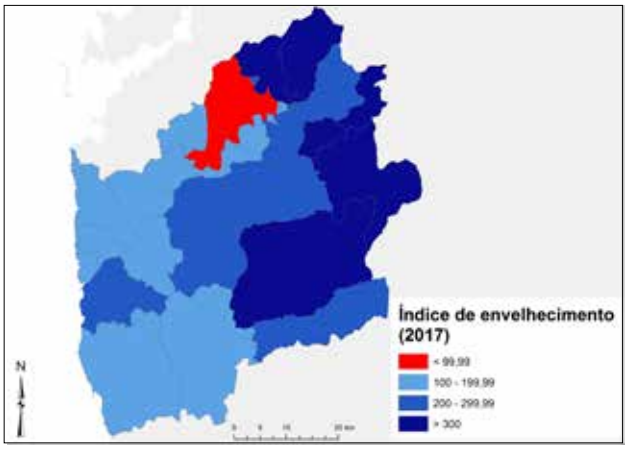
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Em relação à idade média da população no âmbito territorial do Rio Minho Transfronteiriço (46,4 anos), há que destacar que é superior à de Espanha, Norte de Portugal e Portugal (43,1, 41 e 41,8 anos, respetivamente) e equivalente à da Galiza (46,8 anos). No caso galego esta realidade distribui-se heterogeneamente entre os diferentes concelhos, já que muitos não ultrapassam os 50 e até mesmo os 55 anos e outros não superam os 45, do qual se chega a uma idade média muito superior no setor interior-oriental face aos concelhos diretamente relacionados com a dinâmica metropolitana viguesa. No território português esta realidade revela menos diferenças uma vez que, excetuando Melgaço, todos apresentam uma idade média inferior aos 50 anos.

O índice de envelhecimento (número de pessoas maiores de 65 anos em relação às pessoas de 0 a 15 anos) no território de análise é muito superior ao de Espanha, Portugal e Norte de Portugal, ao passo que é ligeiramente inferior ao da Galiza. Neste índice voltam a confirmar-se as duas realidades claramente confrontadas entre a demografia costeira-litoral e a interior. Só três concelhos têm uma população estatisticamente considerada não envelhecida (Salceda de Caselas, Ponteareas e O Porriño), o que de novo se deve correlacionar com a dinâmica metropolitana viguesa. O resto dos concelhos apresenta graus de envelhecimento variáveis, destacando-se os casos mais extremos de envelhecimento: Crecente e Covelo

Índice de envelhecimento, 2017.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2017)

Conclusões sobre a população no território do Rio Minho Transfronteiriço

Podem distinguir-se duas grandes realidades demográficas dentro do território do Rio Minho Transfronteiriço:

- Uma **zona interior-oriental**, especialmente representada pelos concelhos da Paradanta e Melgaço, caraterizada por baixas densidades demográficas, perda de população nos últimos 25 anos e um claro envelhecimento, com idades médias altas e índices de envelhecimento igualmente elevados. A zona oriental do território, montanhosa e com estruturas económicas de marcada ruralidade onde não se encontrou uma alternativa à crise do setor agropecuário tradicional, não garante na atualidade a sustentabilidade demográfica.

- Uma **zona costeira-ocidental**, caraterizada por altas densidades populacionais, aumento da população nos últimos 25 anos, menores idades médias e índices de envelhecimento mais moderados. Um caso particular são os concelhos do segundo anel metropolitano de Vigo que fazem parte do Rio Minho Transfronteiriço, onde não há envelhecimento, produto de um saldo migratório favorável que se deve à chegada recente de população nova.

Do anterior exposto pode-se deduzir que dentro do território do Rio Minho Transfronteiriço se estão a produzir dinâmicas populacionais semelhantes às que acontecem no contexto peninsular e na eurorregião. O fenómeno da litoralização faz com que as zonas interiores percam população em benefício das costeiras, onde se concentra a maior parte dos empregos e dos serviços, de forma que estas últimas funcionam como centros de atração de população em detrimento das primeiras.

A zona interior-oriental, com baixas densidades, perda de população e um claro envelhecimento, contrasta com a zona costeira-ocidental, com altas densidades, aumento demográfico e índices de envelhecimento mais moderados

Valor acrescentado bruto por setores, 2014/2018.

COMARCAS/CONCELHOS	SETORES NÃO VAB (%)		
	AGRICULTURA E PESCA	INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO	SERVIÇOS
O BAIXO MIÑO	9,2	20,0	70,8
O CONDADO	3,7	25,0	71,3
A PARADANTA	8,9	29,5	61,6
Arcos de Valdevez	1,3	63,4	34,7
Caminha	8,4	41,9	49,6
Melgaço	2,4	11,2	14,2
Monção	4,3	41,7	49,3
Paredes de Coura	2,8	70,0	26,9
Ponte da Barca	5,6	35,4	58,7
Ponte de Lima	2,8	49,3	47,9
Valença	1,4	34,6	63,2
Viana do Castelo	1,5	65,2	33,3
Vila Nova de Cerveira	0,5	72,3	25,2
RIO MINHO TRANSFRONT.	4,4	41,3	52,1
ESPANHA	2,7	23,2	74,1
GALIZA	5,3	25,6	69,1
PORTUGAL	1,9	37,2	60,8
NORTE DE PORTUGAL	1,4	50,5	48,1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2014), Instituto Nacional de Estatística espanhol (2014) e do Instituto Nacional de Estatística português (2018).



4.2 ESTRUTURA ECONÓMICA E MERCADO DE TRABALHO

Valor acrescentado bruto

O valor acrescentado bruto (VAB) total no Rio Minho Transfronteiriço é ligeiramente superior no território português face ao galego. Em termos comparativos, por setores, a agricultura e a pesca têm maior presença no território de análise do que no resto dos conjuntos geográficos (exceto relativamente à Galiza, onde o peso do setor primário é um pouco superior). A indústria e a construção contam com uma forte presença no território, igualmente superior à do resto dos espaços de comparação (neste caso é unicamente superado pelo Norte de Portugal, onde estes setores representam metade do VAB). Por último, os serviços representam mais de 50 % do VAB no território transfronteiriço de análise, muito inferior ao resto dos conjuntos geográficos, só superando o Norte de Portugal, mas com uma importância muito semelhante.

De tudo o referido anteriormente revela-se a importância do setor serviços na economia, seguido do setor secundário (indústria e construção), embora em comparação com as médias espanhola, portuguesa e galega, o VAB no Rio Minho Transfronteiriço se singularize por um maior peso relativo do setor industrial e menor dos serviços. Em todo o caso, o setor primário (agricultura e pesca) apresenta um peso modesto.

Solo industrial

O Rio Minho Transfronteiriço possui 9 808 075 m^2 de solo industrial. Todos os concelhos portugueses e os concelhos de Arbo, A Cañiza, O Porriño, Salvaterra de Miño e Tui, aos quais temos de acrescentar a Plataforma Industrial de Salvaterra – As Neves (PLISAN), ainda em construção, possuem áreas deste solo. De salientar que 33,7 % do solo industrial existente pertence ao Porriño, cuja zona industrial tem uma relevância central na Área Metropolitana de Vigo e no sul da Galiza. O resto dos concelhos apresenta percentagens modestas, à exceção da potencialidade da PLISAN[5], que representaria 16 % do total (1 568 790 m^2). De qualquer forma, a dinâmica do solo industrial na zona está inserida no conjunto da Área Metropolitana de Vigo, pelo que os dados considerados isoladamente podem induzir em erro.

Deste modo, há que destacar que quase 50 % do solo industrial do Rio Minho Transfronteiriço se concentra em território galego e, mais concretamente, em apenas dois lugares específicos: O Porriño e a PLISAN. Em Portugal o solo industrial está mais distribuído.

5 Situada nos concelhos de Salvaterra e As Neves, a 35 km de Vigo, ligada através da autoestrada A-52 com o porto de Vigo, com a autoestrada do Atlântico (AP9) e com o Norte de Portugal (A55), e em contacto com o eixo da linha férrea Madrid-Ourense-Vigo.

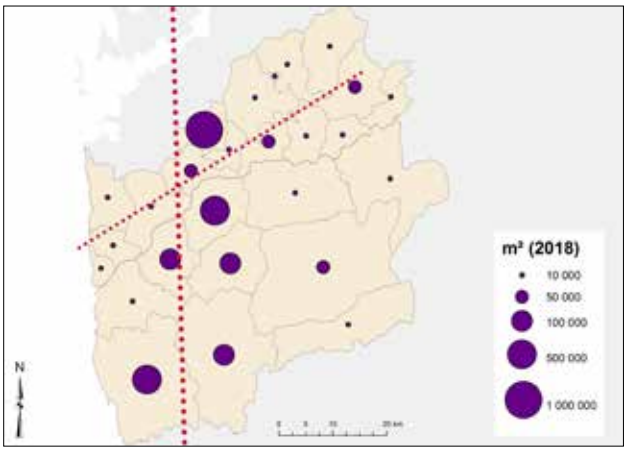
Solo industrial por concelhos, 2018.

CONCELHOS	SOLO INDUSTRIAL (m^2)	%
Arbo	52 379	0,5
A Cañiza	301 765	3,1
O Porriño	3 309 363	33,7
Salvaterra de Miño (sem PLISAN)	276 192	2,8
Tui	216 535	2,2
PLISAN	1 568 790	16,0
Arcos de Valdevez	354 377	3,6
Melgaço	50 000	0,5
Monção	99 000	1,0
Paredes de Coura	549 880	5,6
Ponte de Lima	505 922	5,2
Valença	1 010 368	10,3
Viana do Castelo	963 504	9,8
Vila Nova de Cerveira	550 000	5,6
RIO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO	9 808 075	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de http://servergis.cesga.es/website/poligono_nuevo/viewer.htm (consulta 16/04/2018).

Por último, através de uma análise geográfica territorial baseada na localização industrial, no Rio Minho Transfronteiriço pode-se observar que os principais centros industriais estão situados muito perto das principais vias de comunicação por autoestrada. Por um lado, no eixo Vigo – Porto (AP9, A55 e A3); por outro, no eixo Vigo – Ourense (A52). Em contrapartida, a franja costeira e o espaço interior apresentam uma menor concentração de solo industrial, principalmente no interior do território português e no litoral galego. No entanto, no interior minhoto destaca-se Arcos de Valdevez.

Solo industrial por concelhos e eixos industriais, 2018.



Fonte: elaboração própria a partir de http://servergis.cesga.es/website/poligono_nuevo/viewer.htm

A indústria concentra-se no eixo urbano atlântico galego-português e no eixo Vigo-Ourense

Turismo: número de estabelecimentos hoteleiros e capacidade hoteleira

O número total de estabelecimentos turísticos no território do Rio Minho Transfronteiriço é de 331. Por concelhos, existem notáveis diferenças. Destaca-se um grupo que possui entre 22 e 45 estabelecimentos, em localizações díspares (na costa, em Viana do Castelo; com predomínio dos estabelecimentos de turismo rural, em Ponte de Lima e Arcos de Valdevez; e em Tui); um grupo intermédio, maioritário, que apresenta números que variam entre os 5 e os 16; e por último, um grupo com representação mais baixa com 2 ou 3 estabelecimentos. Por outro lado, a capacidade total dos estabelecimentos turísticos no território é de 13 510 camas. Destacam-se concelhos com capacidade superior a mil e inclusivamente duas mil camas (A Guarda, Oia e Viana do Castelo), seguidos de um grupo que apresenta números intermédios (entre 400 e 900 camas), enquanto o resto dos concelhos apresenta comparativamente valores mais baixos. Nestes números, a franja costeira apresenta uma importância de destaque.

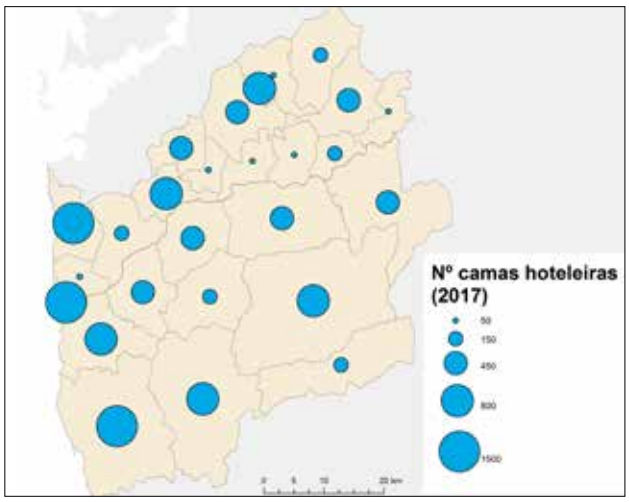
Número de estabelecimentos e capacidade hoteleira por concelhos, 2017.

CONCELHOS	NÚM. DE ESTABELECIMENTOS	CAPACIDADE	CONCELHOS	NÚM. DE ESTABELECIMENTOS	CAPACIDADE
Arbo	7	149	Arcos de Valdevez	35	767
A Cañiza	7	346	Caminha	14	800
Covelo	5	175	Melgaço	14	406
Crecente	4	54	Monção	12	480
A Guarda	13	2070	Paredes de Coura	12	199
Mondariz	6	96	Ponte da Barca	16	218
Mondariz-Balneario	2	883	Ponte de Lima	46	811
As Neves	4	36	Valença	10	486
Oia	13	1392	Viana do Castelo	41	1719
Ponteareas	8	393	Vila Nova de Cerveira	10	579
O Porriño	12	427	RIO MINHO TRANSFRONT.	331	13 510
O Rosal	3	52			
Salceda de Caselas	3	47			
Salvaterra de Miño	3	36			
Tomiño	9	142			
Tui	22	747			

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2016).

Em síntese, no território galego há mais camas do que no português, mas em menos estabelecimentos. Na parte portuguesa predomina uma distribuição tanto das camas como dos alojamentos mais homogénea. No conjunto do território transfronteiriço do Minho os concelhos situados na costa concentram a maior parte da oferta hoteleira.

Capacidade hoteleira por concelhos, 2017.



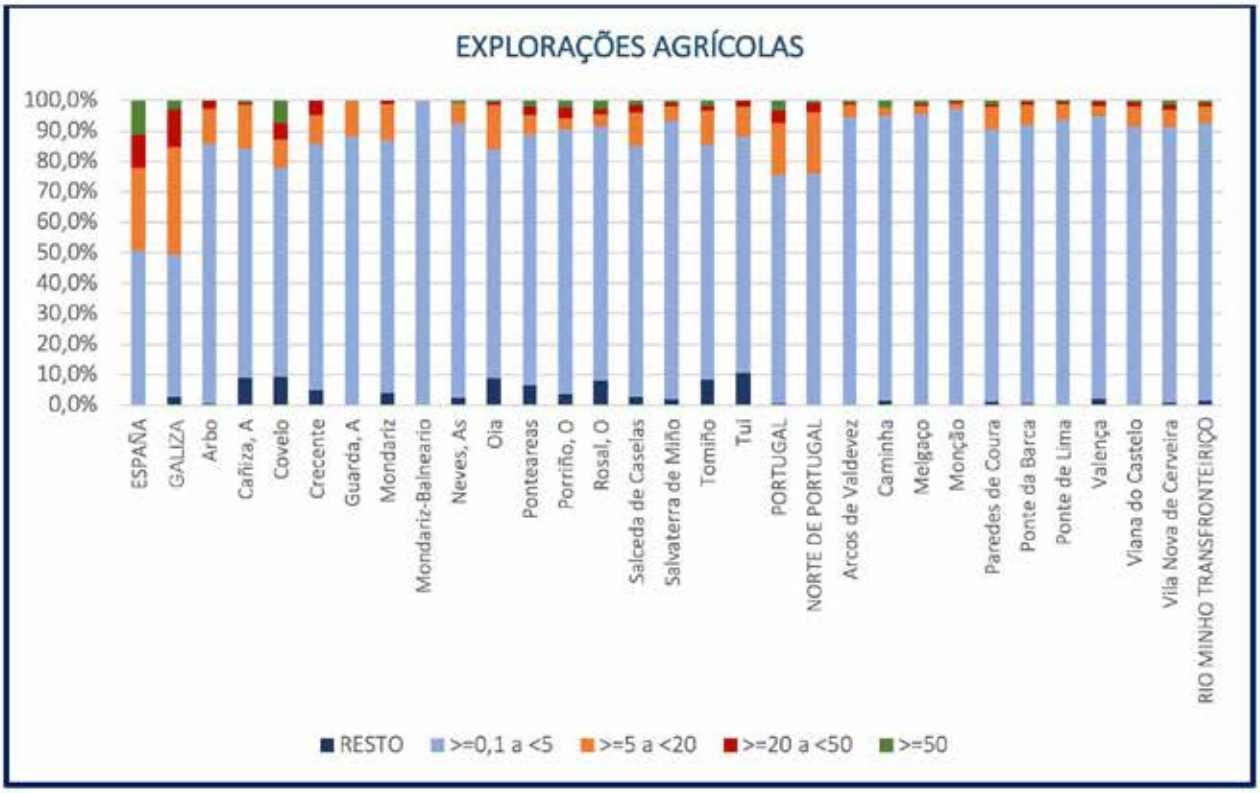
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017).

Dimensão das explorações agrícolas

A dimensão das explorações agrícolas no território do Rio Minho Transfronteiriço distribui-se numa percentagem muito alta, mais de 90 % delas, com superfícies entre 0,1 e 5 hectares; percentagens muito baixas de explorações com superfícies entre 5 e 20 hectares (que representam 5,5 % do total); e, por último, explorações com superfícies superiores a 20 e menores de 50 hectares ou superiores a 50 hectares, com percentagens nada representativas, próximas do 1 %.

No território galego a dimensão das explorações agrícolas carateriza-se por uma marcada tendência para a pequena propriedade, inclusive superior à média galega e, obviamente, muito longe da média espanhola, com propriedades muito maiores. No território português ocorre o mesmo, já que apresenta percentagens muito acima das de Portugal e semelhantes ao âmbito regional do Norte de Portugal.



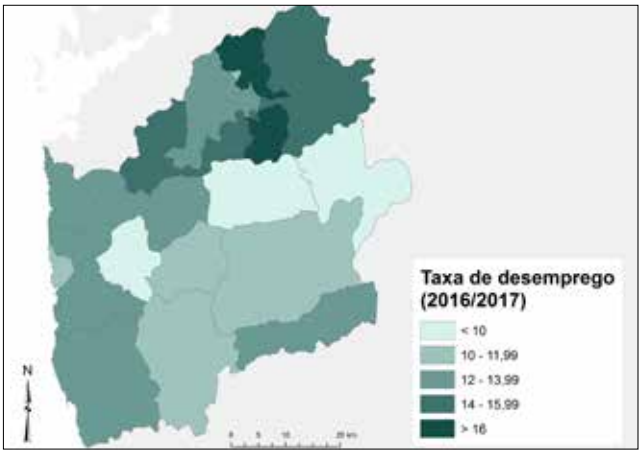


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Instituto Galego de Estatística (2017) e do Instituto Nacional de Estatística (2015)

Desemprego

A taxa de desemprego é de 13 % para o conjunto do território. Por concelhos, oscila entre o nível mais baixo de Vila Nova de Cerveira, e o mais alto, nas Neves. Apesar de a taxa de desemprego ser muito semelhante em todo o território, observa-se que, no território galego, o desemprego costuma apresentar valores mais altos do que no território português.

Taxa de desemprego, 2016/2017.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Galego de Estatística (2017), Serviço Público de Emprego Estatal de Espanha (2017) e Instituto Nacional de Estatística (2016).

A autoestrada entre Valença e Tui é a passagem fronteiriça mais transitada entre Espanha e Portugal

4.3 MOBILIDADE[6]

Aspetos gerais

No Rio Minho Transfronteiriço a mobilidade é significativamente maior do que nos restantes troços da fronteira hispano-lusa. Aproximadamente metade de todos os movimentos que cruzam a raia são produzidos entre a Galiza e a Região Norte. Porém, a mobilidade que atravessa a fronteira no território analisado é menor do que a observada noutros casos europeus onde também existem regiões transfronteiriças com relações socioeconómicas intensas.

Os dados de Tráfego Médio Diário Anual (TMDA) indicam que a passagem fronteiriça pela autoestrada entre Tui e Valença é a mais transitada entre Espanha e Portugal, com cerca de 15 000 veículos diários. Quanto à mobilidade laboral, entre 5000 e 10 000 trabalhadores deslocam-se anualmente por motivos de trabalho pela fronteira entre a Galiza e o Norte de Portugal, dos quais entre 1000 e 2000 são *commuters* que realizam movimentos pendulares diários. Deste modo, a raia do rio Minho torna-se na mais dinâmica de uma perspetiva de mobilidade laboral de toda a fronteira entre Espanha e Portugal.

A análise do trânsito através das diferentes passagens fronteiriças entre a Galiza e o Norte de Portugal mostra que a maioria entra e sai do país vizinho no mesmo dia, por estrada (um 95 % do total) e utiliza um veículo particular. A oferta de serviços coletivos de passageiros é muito escassa. A maioria atravessa a fronteira por razões de lazer ou de comércio, mas também se regista mobilidade obrigatória por razões de trabalho ou residência.

Infraestruturas de comunicação, frequências, meios e motivações

Os diferentes núcleos de população situados de ambos os lados do rio Minho caraterizam-se por apresentarem notáveis graus de ligação. Existem várias pontes e, no caso de A Guarda e Caminha, um serviço sazonal de *ferry*. De seguida indicam-se as principais infraestruturas de comunicação transfronteiriças:

- **Viárias:** as principais vias terrestres de comunicação transfronteiriças no Minho aparecem na tabela adjunta, com as suas principais caraterísticas.

  Importa destacar que quase 50 % dos veículos que cruzam a fronteira do Minho o fazem pela passagem Tui – Valença (pela ponte nova que comunica a A55 galega com a A3 portuguesa), o que é facilmente compreensível visto que se trata de uma autoestrada, com maior capacidade e rapidez do que as estradas convencionais. A passagem entre Salvaterra e Monção (que une a PO510 e a N101) também representa uma percentagem digna de destaque, já que 25 % dos

6 A presente secção baseia-se em Carballo (2014-2015) e utiliza os trabalhos do European Employment Services (1999, 2001, 2003) e as estatísticas do Observatório Transfronteriço Espanha-Portugal (https://www.fomento.gob.es/). Os dados relativos ao comboio Celta provêm da página dos Comboios de Portugal (https://www.cp.pt/).

Uso das infraestruturas viárias sobre o Minho, 2017.

PASSAGEM FRONTEIRIÇA	IDENTIFICAÇÃO	TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO ANUAL (TMDA)	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL (%)
Goián–Vila Nova de Cerveira	PO-503	4328	14,6
Tui–Valença (ponte nova)	A55-IP1 (A3)	14 788	49,7
Tui–Valença (ponte velha)	N550-EN13	3196	10,7
Salvaterra–Monção	EN101	7410	24,9
Arbo–Melgaço	PO405-EN202	[sem dados]	[sem dados]
IMD TOTAL	-	29 722	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Observatório Transfronteiriço Espanha – Portugal (https://www.fomento.gob.es/).

veículos diários que cruzam a fronteira utilizam essa via.

- **Ferroviárias:** o caminho de ferro que une a Galiza e o Norte de Portugal baseia-se numa única linha férrea que presta serviços regulares entre as cidades do Porto (estação da Campanhã) e Vigo (Guixar), conhecido na atualidade como Comboio Celta. O serviço possui duas saídas diárias do Porto para Vigo, com paragens em Nine, Viana do Castelo e Valença (estas duas últimas dentro do Rio Minho Transfronteiriço). Também são duas as saídas diárias de Vigo para o Porto, efetuando paragens nos mesmos lugares. A duração por trajeto é de aproximadamente 2 horas e 15 minutos e o comboio realiza a travessia fronteiriça pela ponte histórica Tui – Valença. Existem mais circulações nos caminhos de ferro do Rio Minho Transfronteiriço, mas sem cruzarem a fronteira: no serviço de média distância Vigo – Ourense – Ponferrada de Renfe (com paragens no Porriño, Guillarei, Salvaterra, As Neves, etc.) e na Linha do Minho dos Comboios de Portugal (onde os serviços regionais param em quinze apeadeiros entre Viana do Castelo e Valença).
- **Aeroportuárias:** no contexto transfronteiriço aeroportuário importa destacar os aeroportos de Vigo (Peinador) e do Porto (Francisco Sá Carneiro), muito próximos do âmbito do Rio Minho Transfronteiriço. Também possuem



certa influência os aeroportos de Santiago de Compostela (Lavacolla) e, em muito menor medida, o da Corunha (Alvedro), situado a uma maior distância.

- **Portuárias:** a nível portuário destacam-se os portos de Vigo e do Porto (Leixões), próximos do território do Rio Minho Transfronteiriço, mas principalmente a nível de mercadorias e não de mobilidade transfronteiriça de pessoas. Neste sentido, torna-se relevante destacar o movimento transfronteiriço de *ferry* através do rio Minho, entre os concelhos de A Guarda e Caminha, com diferentes saídas diárias que permitem ligar ambas as margens do rio na sua foz. Também importa mencionar os portos de Santa María de Oia e de A Guarda, no território galego, principalmente orientados para a pesca. No território português destacam-se os portos de Caminha e Viana do Castelo, este último com a maior capacidade de todo o território do Rio Minho Transfronteiriço e com importantes movimentos de navios e de carga. Além destes existem portos ou cais ao longo do rio Minho utilizados especialmente para a pesca fluvial e para as atividades desportivas.

O seguinte quadro sintetiza as principais questões relativas à mobilidade do território analisado.

Desenvolveram-se várias experiências desportivas e culturais de serviços e infraestruturas públicas conjuntas de caráter transfronteiriço

4.4 PROGRAMAS DE SERVIÇOS CONJUNTOS EXISTENTES DE CARÁTER TRANSFRONTEIRIÇO[7]

Os programas de serviços conjuntos de caráter transfronteiriço no território do Rio Minho Transfronteiriço têm um caráter local e estão orientados em grande medida para a utilização conjunta de infraestruturas desportivas e de lazer. Torna-se interessante refletir sobre as experiências já desenvolvidas, pois constituem um patamar de base que é necessário analisar para fundamentar adequadamente uma visão de futuro. Entre as diversas opções existentes, podem mencionar-se as seguintes:

- No campo desportivo, as piscinas de Vila Nova de Cerveira e Valença, utilizadas por utentes galegos.

A mobilidade no Rio Minho Transfronteiriço

FREQUÊNCIA DE DESLOCAÇÃO	MEIO DE TRANSPORTE	MOTIVAÇÃO PARA PASSAR A FRONTEIRA
• 40 000 veículos cruzam a fronteira luso-galaica diariamente • 5000-10 000 trabalhadores cruzam a fronteira luso-galaica por ano • Mobilidade alta na dimensão comparativa peninsular • Mobilidade não relevante na comparativa europeia	• O automóvel é o meio mais utilizado para cruzar a fronteira (>80 % dos casos) • Falta de alternativas de transporte público • Ferry (10 %): Caminha – A Guarda • A pé (<10 %): Valença – Tui	• Motivos de trabalho não são razão principal • As compras ou o lazer são os motivos principais (>60 %) • Diferenças de preços nos combustíveis • Motivação principal para os galegos: o lazer • Motivação principal para os portugueses: as compras

Fonte: elaboração própria a partir de Carballo (2015), European Employment Services (EURO-EURES) (1999, 2001, 2003) e o Observatório Transfronteiriço Espanha – Portugal (https://www.fomento.gob.es/).

7 Os dados relativos à Eurocidade Cerveira – Tomiño foram recolhidos a partir da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e do Concello de Tomiño (2018).

- No campo musical, o Conservatório de Tui e a Escola de Música de Tomiño, utilizados por utentes portugueses.

Em Vila Nova de Cerveira e Tomiño, a população avalia de forma muito positiva o desenvolvimento deste tipo de iniciativas transfronteiriças, pois considera que servem para melhorar a sua qualidade de vida. Neste sentido, a população local valoriza o facto de viver num território fronteiriço pois implica oportunidades, de modo que iniciativas desta natureza geram um sentimento de proximidade entre as duas margens do rio. No caso da Eurocidade Cerveira – Tomiño, e para além da piscina de Vila Nova de Cerveira, já mencionada, importa destacar:

- Os programas conjuntos para crianças e jovens.
- Os programas de ocupação de pessoas idosas.
- O uso dos diferentes tipos de equipamentos municipais para a população de ambos os concelhos (ludotecas, bibliotecas, centros de dia, etc.).
- Os espaços desportivos de uso partilhado.
- Os programas culturais conjuntos.
- O programa de apoio ao empreendedorismo.

Destacam-se também as diferentes atividades desportivas conjuntas que se têm desenvolvido nos últimos anos no contexto transfronteiriço da Eurocidade Valença – Tui. Nos últimos anos funcionou uma agenda muito estruturada com todo o tipo de competições e eventos desportivos que vão desde caminhadas e torneios de diversas modalidades desportivas (ténis, BTT, etc.) até andebol, pádel e atividades noturnas e de rio, entre outras.

4.5 RECURSOS NATURAIS[8]

O rio Minho como elemento central do território transfronteiriço

O rio Minho representa o elemento diferenciador principal deste território transfronteiriço, com grande relevância não só do ponto de vista ambiental, mas também social, económico e cultural. Portanto, a sua contribuição para o território não só se limita a oferecer uns serviços ecossistémicos de primeiro nível (biodiversidade, presença estável do recurso água, etc.), como abrange conotações históricas, patrimoniais e culturais em todos e cada um dos concelhos da fronteira ribeirinha. Convém não esquecer o papel-chave do rio na economia que dá lugar a uma série de atividades económicas privativas da área: pesca, restauração, etc.

Do ponto de vista ambiental, o rio Minho constitui um elemento ecológico e paisagístico indiscutível do território. À sua volta, gera-se o estuário do Minho na sua foz (zona pantanosa partilhada entre a Galiza e o Norte de Portugal que representa um ecossistema importante para a avifauna) e a zona protegida do Baixo Minho, que está categorizada como parte da Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária originalmente, hoje Zona Especial de Conservação, e Zona de Proteção Especial para as Aves, de acordo com a Diretiva 92/43/CEE) e, através da legislação galega, como Zona de Proteção Especial dos Valores Naturais (Lei 9/2001). A superfície protegida é de 2791,64 h. Este âmbito também está incluído no inventário de águas importantes para a ictiofauna (de acordo com a Diretiva 78/659/CEE).

Por outro lado, do ponto de vista sociocultural, o rio Minho está presente no imaginário local pela sua história passada e presente, como elemento de união e separação, para além da grande relevância que tem como espaço de fronteira entre a Galiza e Portugal. Muito relevantes são também as cidades fortificadas situadas neste território, associadas diretamente ao rio como linha de fronteira, assim como algumas mostras de arquitetura e elementos populares ou de arte sacra de interessante interpretação histórica e patrimonial relacionadas com o rio.

A salientar que no rio Minho a pesca fluvial é uma atividade complementar muito relevante para as ocupações principais dos habitantes do território. Espécies como a lampreia, concentrada em 30 km de rio, capturada desde a época romana de forma artesanal e ainda hoje pescada de forma pouco profissionalizada, continua a ser muito prezada na atualidade.

8 A presente secção baseia-se em Antunes (2012), Lobo (2012), Pacheco (2013), Confederación Hidrográfica del Minho – Sil (2016) e García Vázquez et al. (2018).



Também não se pode negar a importância e a potencialidade que o rio Minho apresenta para desenvolver atividades turísticas, principalmente relacionadas com o campo do turismo de natureza.

A bacia e o troço internacional do rio Minho

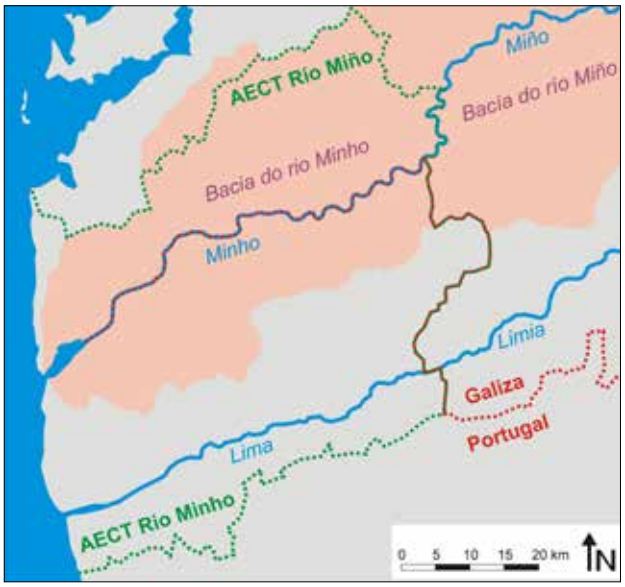
Da sua nascente até à sua foz, entre as localidades fronteiriças da Guarda e Caminha, o rio Minho percorre 316,63 km. Com o seu afluente principal, possui uma bacia de 17 619 km^2. Só uma pequena parte desta é considerada bacia internacional. Nela, a altitude varia do nível do mar, na zona costeira e no estuário do Minho, até mais de 1000 metros, especialmente nas serras orientais que a separam do setor interior da bacia do mesmo rio: Serras da Peneda e Castro Laboreiro, em Portugal, ou Serras do Faro de Avión e do Suído, na Galiza. A máxima altitude tem lugar na Serra da Peneda, mais concretamente no Monte de Outeiro Alvo, situado no limite entre os concelhos de Melgaço (freguesia de Lamas de Mouro) e Arcos de Valdevez (freguesia de Gavieira), com 1314 m de altitude. Contudo, a curva de frequências altimétricas revela que 50 % do território da bacia se encontra entre os 0-300 m de altitude, ao passo que menos de 20 % se encontra acima dos 600 metros.

O rio Minho é o elemento diferenciador principal do território transfronteiriço

A bacia internacional, no território espanhol, é gerida como Demarcação Hidrográfica Minho-Sil (DHMS), dependente da Confederação Hidrográfica do Minho-Sil (CH Minho-Sil). A parte portuguesa está dentro da denominada Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1), gerida pela Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte).

Tratando-se de uma bacia transfronteiriça, a gestão integrada por ambos os países cumpre com a Diretiva Quadro da Água e rege-se pelos acordos existentes derivados do Convénio de Albufeira, assinado nessa mesma cidade pelos governos de Espanha e Portugal em 1998, em vigor desde 17 de janeiro de 2000, com o objetivo de proteger as águas e potencializar o aproveitamento dos recursos hídricos transfronteiriços. Segundo o Documento de coordenação internacional do processo de planificação 2016-2021, nas demarcações hidrográficas internacionais partilhadas por Espanha e Portugal, o troço internacional do rio Minho divide-se em cinco secções: três classificadas

Bacia internacional do rio Minho (com afluentes e concelhos que a integram).



Fonte: Garcia Vázquez et al. (2018: 3).

como rio e duas consideradas como águas de transição (correspondentes ao estuário). Para além do rio Minho propriamente dito e do seu estuário, também se identificam como águas internacionais a zona costeira da foz e o primeiro afluente do troço internacional (o rio Troncoso).

De qualquer forma, o caráter fronteiriço do rio Minho repercute-se negativamente na sua planificação e gestão conjuntas. Pesam neste campo também os custos de contexto habituais dos territórios transfronteiriços.

Usos do solo, paisagem e vegetação da bacia internacional do Minho

A complexidade do relevo, assim como as caraterísticas bioclimáticas do território, conferem uma elevada diversidade paisagística à bacia do Minho, que se traduz numa cobertura heterogénea do solo do seu território:

- A maior parte da bacia (67,8 %) é florestal, e distribui-se internamente da seguinte forma: 54 %, florestas, tanto de coníferas como de frondosas; 40 %, arbustos; 6 % restante, espaços abertos de escassa vegetação. Apreciam-se diferenças nos usos florestais de ambos os lados do Minho. Assim, o galego está predominantemente coberto por florestas, exceto na sua parte nordeste (Serra do Faro de Avión), enquanto no português abundam mais os tipos arbustivos. As zonas abertas sem vegetação, sobretudo de penedos, situam-se na área sudeste da bacia, em especial na parte culminante da Serra da Peneda, onde o rochedo, o clima mais frio e os incêndios recorrentes limitam o desenvolvimento de comunidades vegetais arbóreas e arbustivas.
- 70 % do solo artificial corresponde a tecido urbano descontínuo, o que mostra que uma grande parte dos agregados populacionais na região tem um caráter disperso.
- 29,1 % das coberturas correspondem a agricultura. 90 % dos solos dedicados à agricultura formam um mosaico de pequenos cultivos, a maioria de tipo anual. Portanto, a agricultura é minifundiária, muito ligada à estrutura populacional em forma de núcleos dispersos típica do território, o que lhe confere um papel essencial na estrutura da paisagem.
- As massas de água representam 1,5 % do total da região, ao passo que as zonas húmidas, que estão representadas por marismas litorais, 0,3 %.

> O rio Minho internacional divide-se num troço fluvial e outro em estuário e foz

As principais zonas urbanizadas, como já foi indicado na análise da população, encontram-se na zona litoral, no vale do Minho e no vale do Louro. Por seu lado, a maior parte das áreas agrícolas encontra-se ao longo do vale do Minho e dos principais afluentes, aproveitando as férteis margens fluviais e as condições climáticas mais benignas. O interior montanhoso da bacia internacional está coberto por massas florestais e de vegetação natural. Quanto às zonas húmidas, observam-se duas principais na zona inferior do estuário, uma de cada lado do Minho, que coincidem com a foz dos rios Coura e Tamuxe.

Assim, o mapa de coberturas do solo reflete a existência de dois grandes espaços geográfica e socialmente diferenciados na bacia internacional do Minho:

- A zona costeira e ribeirinha, mais povoada, com mais núcleos de população e áreas agrícolas mais extensas.
- A zona interior e montanhosa, com menor densidade populacional, distribuída em núcleos dispersos e com uma agricultura de pequenas manchas isoladas numa matriz florestal.



A vegetação autóctone predominante seria a típica de zonas de clima atlântico, com domínio de florestas de *Quercus robur* (carvalho-alvarinho), embora seja estranho encontrar fragas com esta árvore dadas as transformações antrópicas sofridas. Em todo o caso, também se encontram espécies arbóreas e arbustivas típicas da transição com o mundo mediterrânico, tais como *Quercus pyrenaica* (carvalho-negral), *Quercus suber* (sobreiro) e *Arbutus unedo* (medronheiro).

Nas ribeiras em que as transformações humanas foram menos intensas, as florestas higrófilas estão dominadas por espécies como *Alnus glutinosa* (amieiro), *Salix* sp. (salgueiro), *Fraxinus excelsior* (freixo) e *Betula alba* (bétula). Esta última espécie também se encontra nas zonas mais altas do território. Dado o seu caráter pioneiro, costuma formar florestas em geral não maduras onde chega a ser dominante. As áreas seminaturais estão cobertas por diferentes tipos de formações arbustivas, resultantes da degradação das formações arbóreas por mor do gado e dos incêndios recorrentes, formadas essencialmente por tojos (*Ulex europaeus*), urzes (género *Erica* sp.) e giestas (géneros *Genista* e *Cytisus*).

O Rio Minho Transfronteiriço conta com recursos naturais de importância (o rio, a Reserva da Biosfera Gerês-Xurés) que permitem desenvolver uma imagem de destino turístico de natureza

Principais ameaças sobre o rio Minho

O rio Minho padece uma série de ameaças que põem em perigo a sua conservação e sustentabilidade, algumas delas diretamente relacionadas com a própria dinâmica dos ecossistemas que o constituem e outras com a pressão antrópica. Assim, por exemplo, o rio Minho está a ser colonizado por plantas aquáticas invasoras como *Egeria densa* e *Elodea canadensis*, de que não se conhece o impacto real sobre os recursos vivos do rio. A isto há a acrescentar que também existem problemas de colmatação (areia, lodo, etc.) que provocam dificuldades na navegabilidade, entre outros.

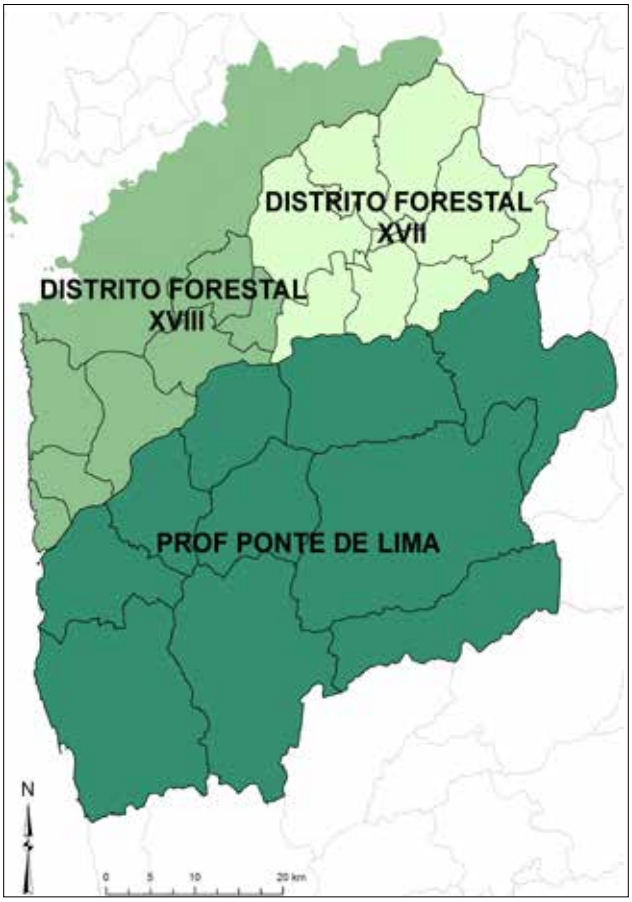
Importa também salientar os efeitos negativos de diferentes atuações nas margens do rio e os impactos gerados pelas barragens. Pontualmente, foi detetada sobre-exploração piscícola e, sazonalmente, a concentração de embarcações de lazer no rio.

Os incêndios florestais

Entre as principais problemáticas ambientais do Rio Minho Transfronteiriço, como em toda a franja atlântica ibérica, importa sublinhar os incêndios florestais. Para os analisar, no caso da Galiza, é necessário recorrer aos dados existentes por distritos florestais. Assim, o âmbito de estudo enquadra-se nos distritos florestais XVII (composto pelas comarcas do Condado e A Paradanta) e XVIII (comarcas de Vigo e O Baixo Miño), segundo se mostra no mapa adjunto. No caso português, os dados aparecem agregados para o NUTS III do Alto Minho.

Durante o período 2010-2015, nos distritos galegos analisados arderam 1030,6 hectares anuais (474,2 no distrito florestal XVII e 556,4 no distrito florestal XVIII). No caso do Norte de Portugal, a média anual, os hectares ardidos no mesmo período foram de 9363,7 no conjunto de concelhos que constituem a área de estudo. Assim, a média anual de hectares ardidos no território do Rio Minho Transfronteiriço no período de análise soma um total de 10 394,3 hectares por ano, o que equivale à superfície do concelho da Cañiza. Porém, há que ter em conta que o território galego pode estar subestimado, dado que na contabilidade de incêndios na Galiza se omitem os que não chegam a um determinado limiar.

Divisão territorial para efeitos de gestão dos incêndios florestais.



Fonte: elaboração própria a partir do Instituto Galego de Estatística (2018) e do Instituto Nacional de Estatística (2017).



5 DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

SWOT (1)	
FORÇAS	**DEBILIDADES**
• Existência de redes e experiências partilhadas na cooperação transfronteiriça e na gestão de fundos europeus há já vários anos (acordos e projetos comuns, eurocidades, etc.). • Notoriedade e reconhecimento do rio Minho a nível local, eurorregional e peninsular, o que favorece a implementação de estratégias de diferenciação relativamente a outros territórios. • História, identidade e património cultural comuns que facilitam o reconhecimento interior e exterior tanto no âmbito material (arquitetura, igrejas, castelos, etc.) como no imaterial (festas, tradições, etc.). • Recursos naturais de importância (Rio Minho, Parque Nacional Peneda-Gerês/Reserva da Biosfera Gerês – Xurés) que permitem desenvolver uma imagem de destino turístico de natureza, conservação e sustentabilidade. • Litoral atlântico com potencialidades em lazer e desportos náuticos e fluviais que possui infraestruturas e equipamentos para a sua prática e desenvolvimento.	• Persistência de barreiras legais e administrativas que não favorecem a integração socioeconómica no território em matéria de transportes, saúde, serviços públicos, trâmites administrativos, habilitações, etc. • Há uma desarticulação na implementação das políticas públicas entre os diferentes níveis administrativos, tanto intraterritorial como interterritorial (na Galiza, no Norte de Portugal e entre si). • Escassa oferta de transporte público transfronteiriço, o que não favorece a mobilidade. • Ausência de uma estratégia definida para o turismo sustentável que faz com que não exista uma clara orientação de futuro para o setor. • Desconhecimento do território nos principais mercados internacionais. • Ausência de estratégias de valorização do património que põem em risco a sua existência e o seu conhecimento e potencialidades. • Dificuldade em dar resposta a ofertas de emprego qualificado principalmente em determinadas funções e profissões. • Despovoamento, forte envelhecimento populacional e emigração, que provocam défices laborais, em geral, e dos jovens em particular.

SWOT (2)	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
• Clima moderado e disponibilidade de recursos naturais suscetíveis de uso económico. • Potencial turístico em segmentos de valor acrescentado médio e alto (por exemplo, patrimonial, gastronómico, de natureza, etc.). • Melhoria integral do caminho de ferro, de modo que se utilize a linha Vigo – Porto como eixo ferroviário efetivo, reativação dos apeadeiros existentes e implementação de um sistema de proximidade ferroviário. • Localização estratégica no centro da eurorregião Galiza – Norte de Portugal, de forma a aproveitar-se o seu papel territorial como articulação entre ambos os territórios. • Trata-se da fronteira ibérica mais transitada, o que pode servir como elemento de atração para a incorporação de novos serviços e também como ferramenta de difusão territorial. • Aposta dos governos de Espanha e Portugal no desenvolvimento da cooperação transfronteiriça (acordos das cimeiras ibéricas de Vila Real em 2017 e da comissão hispano-lusa de Valhadolid em 2018).	• Desinvestimento público (nacional e fundos comunitários) nas áreas fronteiriças provocado pela entrada na UE de novos membros, os efeitos da possível saída do Reino Unido e as mudanças nos critérios de distribuição. • A divisão administrativa e a existência de múltiplos atores político-administrativos descoordenados dificulta a definição de uma estratégia de desenvolvimento comum. • Competência exercida por outros destinos turísticos, inclusive na eurorregião, num contexto de contínua inovação. • Incêndios florestais que destroem os valores naturais e descaraterizam a paisagem, o que dificulta a defesa de uma imagem do território como um espaço de conservação e sustentabilidade. • Em determinados setores existe uma forte concorrência de empresas oriundas de terceiros países, especialmente de fora da UE, o que dificulta a dedicação de esforços na qualificação da oferta das empresas e o aumento da capacidade em atividades de maior valor acrescentado. • Alterações climáticas que obrigam à adaptação produtiva e aumentam o nível de incerteza na estrutura económica territorial.

6 PLANO DE AÇÃO

VISÃO: O rio Minho é o vetor central do desenvolvimento do território

EIXOS ESTRATÉGICOS	DESCRIÇÃO
GOVERNAÇÃO E PROGRAMAS DE SERVIÇOS CONJUNTOS	Criar instrumentos de governação comum do território Rio Minho que permitam sustentar um leque de serviços conjuntos
TURISMO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL	Desenvolver um turismo sustentável e responsável baseado na preservação e na promoção do património natural, nomeadamente o rio Minho internacional, a frente atlântica e o património natural (Reserva da Biosfera)
CULTURA TRANSFRONTEIRIÇA	Valorizar a cultura como elemento integrador da sociedade do território transfronteiriço
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	Favorecer a mobilidade transfronteiriça como contributo para a redução das emissões de CO_2 do território Rio Minho Transfronteiriço
SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA INOVADORA	Potencializar a sustentabilidade e a inovação nas atividades produtivas da economia local para garantir a fixação da população

EIXO ESTRATÉGICO 1: GOVERNAÇÃO E PROGRAMAS DE SERVIÇOS CONJUNTOS Procura-se consolidar um instrumento de governo comum do território Rio Minho Transfronteiriço que permita sustentar um leque de serviços conjuntos para oferecer aos cidadãos. Trata-se de favorecer as iniciativas municipais bi/trilaterais implementadas e de auspiciar a criação de novas (públicas e privadas), assim como de trabalhar para eliminar as barreiras existentes ligadas ao contexto fronteiriço, o que deve permitir maximizar as possibilidades de desenvolvimento territorial.	
LINHA DE AÇÃO 1.1	**CONSOLIDAÇÃO DO AECT RIO MINHO COMO REFERENTE DA COOPERAÇÃO NO TERRITÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO**
OBJETIVO 1.1.1	O AECT Rio Minho deve atuar como agência de desenvolvimento do território rio Minho, de forma a liderar a execução da Estratégia 2030
OBJETIVO 1.1.2	Criar instrumentos de centralização da informação do território rio Minho
OBJETIVO 1.1.3	O AECT Rio Minho deve atuar como instrumento para a consecução de fundos, nomeadamente europeus
OBJETIVO 1.1.4	O AECT Rio Minho deve liderar a cooperação territorial no âmbito abrangido
LINHA DE AÇÃO 1.2	**INICIATIVAS MUNICIPAIS BI/TRILATERAIS DE PROGRAMAS DE SERVIÇOS CONJUNTOS**
OBJETIVO 1.2.1	Promover a coordenação e a gestão partilhada de serviços municipais entre concelhos de ambas as margens
OBJETIVO 1.2.2	Facilitar o acesso da cidadania transfronteiriça aos serviços públicos prestados pelas administrações municipais
LINHA DE AÇÃO 1.3	**GESTÃO DA ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS LEGAIS E ADMINISTRATIVAS E DOS CUSTOS DE CONTEXTO FRONTEIRIÇO PERANTE OS ORGANISMOS COMPETENTES**
OBJETIVO 1.3.1	Impulsionar acordos em matéria de saúde (cuidados primários e hospitalares, ambulâncias, etc.)
OBJETIVO 1.3.2	Impulsionar acordos em matéria de educação (homologação de habilitações, etc.)
OBJETIVO 1.3.3	Impulsionar acordos em matéria de mobilidade (autorizações de cruzamento da fronteira por parte do transporte coletivo e das crianças, etc.)
OBJETIVO 1.3.4	Impulsionar acordos em matéria de emergências e prevenção de riscos (protocolos de atuação e coordenação, etc.)
OBJETIVO 1.3.5	Impulsionar os organismos mistos de gestão transfronteiriça existentes no âmbito estrito do rio para que adotem funções de interlocução a vários níveis para a tomada efetiva de decisões
LINHA DE AÇÃO 1.4	**INCENTIVO DE REDES NA SOCIEDADE CIVIL E EMPRESARIAL À ESCALA DO TERRITÓRIO RIO MINHO**
OBJETIVO 1.4.1	Incentivar redes colaborativas na sociedade civil e empresarial à escala do território rio Minho
OBJETIVO 1.4.2	Promover a igualdade de oportunidades de género, idade e capacidade física e intelectual

EIXO ESTRATÉGICO 2: TURISMO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL	
Pretende-se desenvolver um turismo sustentável e responsável baseado na preservação e promoção do património natural, nomeadamente o rio Minho internacional, a frente atlântica e o património natural (Reserva da Biosfera). A criação da Marca Rio Minho visa situar este território no contexto local, eurorregional e internacional, o que implica posicionar tanto a marca como os produtos turísticos conjuntos criados de modo transfronteiriço. Uma governação adequada torna-se chave no setor turístico, definido como de importância primordial na estratégia de futuro do território do Rio Minho Transfronteiriço.	
LINHA DE AÇÃO 2.1	**POSICIONAMENTO DA MARCA RIO MINHO**
OBJETIVO 2.1.1	Implementar a marca Rio Minho como referência turística conjunta
OBJETIVO 2.1.2	Levar a cabo uma promoção conjunta sobre a base «Um rio, dois países, grandes experiências»
LINHA DE AÇÃO 2.2	**IMPULSIONAMENTO DE PRODUTOS TURÍSTICOS CONJUNTOS**
OBJETIVO 2.2.1	Valorizar o anel verde de caminhos e ciclovias do rio Minho, de forma a favorecer o desenvolvimento de uma rede de caminhos pedestres coerente no território e a completar a rede de ciclovias existente
OBJETIVO 2.2.2	Desenvolver o produto da rede de fortalezas fronteiriças (circuito turístico das fortalezas)
OBJETIVO 2.2.3	Desenvolver o produto do turismo náutico, fluvial e marítimo
OBJETIVO 2.2.4	Desenvolver o produto gastronómico e o enoturístico baseado na DO Vinhos Verdes e DO Rías Baixas
OBJETIVO2.2.5	Desenvolver o produto do turismo desportivo e de natureza
OBJETIVO 2.2.6	Implementar de forma homogénea o Caminho português para Santiago no território Rio Minho (sinalética, albergues, etc.)
LINHA DE AÇÃO 2.3	**GOVERNAÇÃO TURÍSTICA TRANSFRONTEIRIÇA**
OBJETIVO 2.3.1	O AECT deve assumir um papel de liderança na temática turística no território do Rio Minho Transfronteiriço
OBJETIVO 2.3.2	Planificar e gerir conjuntamente o turismo: oferta, promoção, informação, iniciativas, formação de guias turísticos transfronteiriços, etc.
OBJETIVO 2.3.3	Fomentar o turismo inclusivo que dê resposta à diversidade funcional, de idades, de géneros e de sexos

EIXO ESTRATÉGICO 3: CULTURA TRANSFRONTEIRIÇA	
Trata-se de valorizar a cultura como elemento integrador e estruturador do território do Rio Minho Transfronteiriço. Para isso é preciso levar a cabo uma promoção da paisagem e do património comuns, assim como estabelecer uma agenda cultural que permita situar os principais eventos culturais do território a uma escala que ultrapasse a raia. Paralelamente, é necessário estabelecer os mecanismos que permitam dar a conhecer os elementos materiais e imateriais do património do Rio Minho Transfronteiriço para promover a cultura local e aspirar a um reconhecimento de nível máximo no contexto internacional.	
LINHA DE AÇÃO 3.1	**PROMOÇÃO DA PAISAGEM E DO PATRIMÓNIO COMUNS**
OBJETIVO 3.1.1	Desenvolver uma consciência de património material e imaterial comum no território Rio Minho
OBJETIVO 3.1.2	Valorizar a paisagem transfronteiriça do território Rio Minho
OBJETIVO 3.1.3	Promover a Candidatura de Património Mundial da UNESCO para o estuário do rio
LINHA DE AÇÃO 3.2	**AGENDA CULTURAL COMUM E EVENTOS CULTURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS**
OBJETIVO 3.2.1	Promover a cultura local, em particular @s artistas locais, ofícios artesanais e indústrias criativas
OBJETIVO 3.2.2	Desenvolver uma agenda cultural transfronteiriça comum que esteja presente nas redes e nos meios de comunicação
OBJETIVO 3.2.3	Promover a informação transfronteiriça nos meios de comunicação

EIXO ESTRATÉGICO 4: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	
Visa-se favorecer a mobilidade transfronteiriça como contributo para a redução das emissões de CO_2 do território do Rio Minho Transfronteiriço. Este eixo estratégico aposta em ferramentas e fórmulas de mobilidade local que permitam superar ainda mais os efeitos da fronteira e, simultaneamente, tenham impacto nulo ou reduzido no património natural existente. Também a melhoria da ligação do território com o exterior se reveste de grande relevância para favorecer a melhoria da competitividade nos diferentes setores económicos. Desta forma, pretende-se reforçar o território de um ponto de vista tanto interno como externo em termos de mobilidade.	
LINHA DE AÇÃO 4.1	**FÓRMULAS DE MOBILIDADE LOCAL TRANSFRONTEIRIÇA**
OBJETIVO 4.1.1	Promover fórmulas sustentáveis de mobilidade local transfronteiriça que cruzem o rio
OBJETIVO 4.1.2	Continuar com a implementação de infraestruturas que permitam permeabilizar a linha fronteiriça
OBJETIVO 4.1.3	Fomentar uma mobilidade transfronteiriça que dê resposta à diversidade funcional
LINHA DE AÇÃO 4.2	**LIGAÇÃO EXTERNA PARA REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA**
OBJETIVO 4.2.1	Implementar um caminho de ferro de proximidade transfronteiriço Vigo – Viana do Castelo que funcione com frequências de passagem adequadas e para o qual se reativem os apeadeiros existentes
OBJETIVO 4.2.2	Facilitar a ligação com o Porto, Vigo e outras cidades galegas do eixo urbano atlântico através de um comboio rápido que pare em Valença e Viana do Castelo e que funcione com frequências de passagem adequadas
OBJETIVO 4.2.3	Promover as infraestruturas viárias necessárias para o reforço da competitividade económica perante as administrações competentes e o transporte público rodoviário

EIXO ESTRATÉGICO 5: SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA INOVADORA	
Procura-se potencializar a sustentabilidade e a inovação nas atividades produtivas da economia local para garantir a fixação da população. Situando a sustentabilidade e a conservação no centro do programa de desenvolvimento territorial, é necessário incidir sobre o potencial dos setores agrícola, pesqueiro, industrial e comercial. Deste modo, visa-se dar resposta às ameaças relacionadas com as alterações climáticas, o que deve garantir a continuidade, transformação e resiliência das diversas atividades produtivas presentes no território do Rio Minho Transfronteiriço.	
LINHA DE AÇÃO 5.1	**SUSTENTABILIDADE E CONSERVAÇÃO DO RIO E DO TERRITÓRIO RIO MINHO**
OBJETIVO 5.1.1	Procurar um uso do território e dos recursos naturais compatível com o desenvolvimento sustentável
OBJETIVO 5.1.2	Lutar contra os riscos associados às alterações climáticas
OBJETIVO 5.1.3	Homogeneizar os níveis de proteção e os critérios de gestão ambiental do rio e da sua área de influência
OBJETIVO 5.1.4	Coordenar os programas de recuperação ambiental do rio
OBJETIVO 5.1.5	Preservar o contorno natural do estuário do rio
LINHA DE AÇÃO 5.2	**SETOR PRIMÁRIO**
OBJETIVO 5.2.1	Fomentar o uso da marca Rio Minho pelos produtos locais
OBJETIVO 5.2.2	Fomentar a inovação e a viabilidade dos produtos agrários e florestais do território Rio Minho: vinhos, quivis, plantas ornamentais, produção frutícola, etc. para facilitar a fixação da população rural
OBJETIVO 5.2.3	Valorizar as atividades pesqueiras diretamente vinculadas ao rio
OBJETIVO 5.2.4	Favorecer a sustentabilidade das atividades pesqueiras marítimas
OBJETIVO 5.2.5	Impulsionar a cooperação entre projetos empresariais agroalimentares dos dois lados do rio
OBJETIVO 5.2.6	Fomentar a produção de proximidade (km 0)
OBJETIVO 5.2.7	Gerir um sistema efetivo de produção, controlo e limpeza da superfície agrícola e florestal que elimine ou minimize os efeitos dos incêndios
OBJETIVO 5.2.8	Gerar mecanismos facilitadores do uso dos terrenos abandonados para criar economias de escala nas explorações agropecuárias
LINHA DE AÇÃO 5.3	**INDÚSTRIA**
OBXECTIVO 5.3.1	Facilitar a fixação da população através da promoção do emprego industrial
OBXECTIVO 5.3.2	Aumentar a superfície utilizável nos concelhos de maior desenvolvimento industrial sem afetar a qualidade ambiental do território transfronteiriço e do rio
OBXECTIVO 5.3.3	Promover a formação e capacitação laborais transfronteiriças com homologação em ambos os países
OBXECTIVO 5.3.4	Agilizar os processos de abertura e concessão de licenças industriais nos concelhos galegos
LINHA DE AÇÃO 5.4	**COMÉRCIO TRADICIONAL**
OBJETIVO 5.4.1	Favorecer a originalidade, a tradição, a modernização e a diferenciação dos comércios do território do Rio Minho Transfronteiriço, para que exerçam um maior poder de atração sobre ofertas alternativas e permitam manter postos de trabalho
OBJETIVO 5.4.2	Fomentar o associativismo dos comerciantes e as ações transfronteiriças conjuntas para dar visibilidade à oferta comercial

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, M. P. e Lois, R. C. (dirs.) (2003): *Parques empresariais de Galicia e Norte de Portugal*. Vigo: Consorcio Zona Franca de Vigo.

Antunes, C. (coord.) (2012): *Projecto Natura Miño-Minho, relatório final. Volume 1: Caracterização física e biológica.* Porto: Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental.

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e Concello de Tomiño (2018): *Amizade Cerveira – Tomiño: Enquisa á cidadanía*. Vila Nova de Cerveira/Tomiño: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira/Concello de Tomiño.

Carballo, A. (2014): Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal como saída da crise? Unha análise da mobilidade transfronteiriza. En Vieira, A. e Julião, R. P. (coords.): *'A Jangada de Pedra', Geografias Ibero-Afro-Americanas. Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia*. Guimarães: Universidade do Minho, p. 2514-2520.

Carballo, A. (2015): A (in)mobilidade transfronteiriza: a raia do Miño. En Trillo, J. M. e Pires, E. (eds.): *Fronteras en la investigación peninsular: temáticas y enfoques contemporáneos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 141-159.

Confederación Hidrográfica del Miño – Sil (2016): *Plan Hidrológico 2016-2021 de la parte española de la Demarcación Hidrográfica del Miño-Sil*. Ourense: Confederación Hidrográfica del Miño – Sil. Recuperado de: https://www.chminosil.es/es/chms/planificacionhidrologica/plan-hidrologico-2015-2021-vigente-rd-1-2016/80-chms/1359-plan-hidrologico-2015-2021-rd-1-2016 (consulta 09/01/2019).

European Employment Services (1999): *Estudio sobre los obstáculos a la movilidad de los trabajadores transfronterizos en la eurorregión Galicia-Norte de Portugal.* Valença: EURO-EURES.

European Employment Services (2001): *Necesidades ocupacionais no espacio transfronteirizo Galicia-Norte de Portugal.* Valença: EURO-EURES.

European Employment Services (2003): *Censo de traballadores transfronteirizos Norte de Portugal-Galicia 2003.* Valença: EURO-EURES.

Florida, R. (2008): *Who's Your City? How the Creative Economy Is Making Where You Live the Most Important Decision of Your Life*. New York: Basic Books.

García Vázquez, D. *et al.* (2018): *Caracterización física y valorización de los recursos naturales de la cuenca hidrográfica internacional del río Miño.* Vigo: Universidade de Vigo. [Trabalho realizado pela Universidade de Vigo dentro do projeto Visit Rio Minho].

Instituto Lawrence R. Klein (1999): *Atlas económico-comercial de Galicia*. Santiago de Compostela: Compostela.

Lobo, F. M. S. (2012): *Gestão integrada da zona estuarina do Rio Minho, no contexto da implementação da DQA.* Porto: Universidade do Porto. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia].

Lois, R. C. (2004): Estructura territorial de Galicia. En Rodríguez González, R. (dir.): *Os concellos galegos para o século XXI. Análise dunha reestructuración do territorio e do goberno local*. Santiago de Compostela: IDEGA, v. I, p. 101-160.

Marull, J. e Boix, R. (eds.) (2016): Megaregions i desenvolupament urbà sostenible. Factors estratègics per a l'àrea metropolitana de Barcelona en el context europeu, *Papers. Regió Metropolitana de Barcelona. Territori·Estratègies·Planejament*, 58.

Nordregio (coord.) (2005): *ESPON 111. Potentials for Polycentric Development in Europe. Project Report*. Luxembourg/Stockholm: ESPON/Nordregio.

Pacheco, M. F. D. O. (2013): *Pesqueiras do Rio Minho: valorização do património cultural e gestão de recursos naturais.* Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo. [Tese de Mestrado Gestão Ambiental e Ordenamento do Território].

Pardellas, X. e Padín, C. (2017): La Eurorregión Galicia-Norte de Portugal y los modelos de cooperación transfronteriza, *Polígonos. Revista de Geografía*, 29, p. 11-35.

Paül, V. e Pazos, M. (2009): Els darrers capítols del debat al voltant del mapa immutable de Galícia. *Qüestions actuals d'organització territorial gallega, Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, 67-68, p. 199-229.

Paül, V. *et al.* (2017): La participación española en la cooperación transfronteriza y territorial europea. En Farinós, J. e Olcina, J. (eds./coords.): *Geografía regional de España: espacio y comunidades: bases para una regionalización renovada del territorio español*. València: Tirant Humanidades, p. 619-677.

Rio Fernandes, J. A. (2014): Muitas vidas tem o centro e vários centros tem a vida de uma cidade. En Lois, R. C. e Miramontes, Á. (eds.): *Reflexiones sobre las ciudades y el sistema urbano en tiempos de crisis*. Santiago de Compostela: Grupo ANTE, p. 131-146.

Strandell, H. e Wolff, P. (2018): *The EU in the World (2018 Edition)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Vives, S. e Paül, V. (2018): Las transformaciones de los sistemas y de los espacios urbanos europeos. En López Palomeque, F. e Plaza, J. I. (coords.): *Geografía de Europa. Estructuras, procesos y dinámicas territoriales.* València: Tirant Humanidades, p. 205-271.

Wassenberg, B. e Reitel, B. (2015): *Territorial Cooperation in Europe. A Historical Perspective.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.

DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS ANALISADOS E LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA CITADA

Axencia Galega de Desenvolvemento Rural (2010): *Plan de Zona Rural de Pontevedra Este y Sur. Provincia de Pontevedra.* Santiago de Compostela: Axencia Galega de Desenvolvemento Rural. Recuperado de https://agader.xunta.gal/sites/default/files/documentacion/PDRS/planzona_final_pontevedraestesur.pdf (consulta 13/06/2018).

Axencia Galega de Innovación e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2015): *Estratexia de Especialización Intelixente Transfronteiriza Galicia-Norte de Portugal (RIS3T)*. Santiago de Compostela/Porto: Axencia Galega de Innovación/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Recuperado de: http://www.ris3galicia.es/wp-content/uploads/2016/07/RIS3T_GALEGO.pdf (consulta 10/06/2018).

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e Concello de Tomiño (2016): *Axenda Estratéxica de Cooperación Transfronteiriza Cerveira – Tomiño.* Vila Nova de Cerveira/Tomiño: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira/Concello de Tomiño.

Comissão Europeia (2010): *Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.* Bruxelas: Comissão Europeia. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=-CELEX:52010DC2020 (consulta 21/05/2018).

Comissão Europeia (2018): *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu Mais, o Fundo de Coesão e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e regras financeiras para estes Fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos COM(2018) 375 final*. Estrasburgo: Comissão Europeia. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018PC0375 (consulta 15/06/2018).

Comissão Europeia (2018): *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo COM(2018) 374 final*. Estrasburgo: Comissão Europeia. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018PC0374 (consulta 15/06/2018).

Comissão Europeia (2018): *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão COM(2018) 372 final*. Estrasburgo: Comissão Europeia. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018PC0372 (consulta 15/06/2018).

Comissão Europeia (2018): *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um mecanismo para remover os obstáculos jurídicos e administrativos num contexto transfronteiriço COM(2018) 373 final*. Estrasburgo: Comissão Europeia. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018PC0373 (consulta 15/06/2018).

Conselho (1978): *Directiva 78/659/CEE do Conselho, de 18 de Julho de 1978, relativa à qualidade das águas doces que necessitam de ser protegidas ou melhoradas a fim de estarem aptas para a vida dos peixes*. Bruxelas: Conselho. https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:1978L0659:20030605:PT:PDF (consulta 21/05/2018).

Conselho (1992): *Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens*. Bruxelas: Conselho. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31992L0043 (consulta 21/05/2018).

Deputación de Pontevedra (2017): *Plan Estratéxico de Turismo da Provincia de Pontevedra 2017-2020*. Pontevedra: Deputación de Pontevedra/Turismo Rías Baixas. Recuperado de: https://turismoriasbaixas.com/web/portal-web/plan-estratexico-2017-2020 (consulta 21/05/2018).

Informal Ministerial Meeting of Ministers responsible for Spatial Planning and Territorial Development (2011): *Territorial Agenda of the European Union 2020. Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Gödöllő: Hungarian Presidency of the Council of the European Union. Recuperado de: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/what/territorial-cohesion/territorial_agenda_2020.pdf (consulta 21/05/2018).

Parlamento Europeu e Conselho (2006): *Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT)*. Bruxelas: Parlamento Europeu/Conselho. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1552085474103&uri=CELEX:32006R1082 (consulta 21/05/2018).

Parlamento Europeu e Conselho (2013a): *Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia*. Bruxelas: Parlamento Europeu/Conselho. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R1299&qid=1552085162284 (consulta 21/05/2018).

Parlamento Europeu e Conselho (2013b): *Regulamento (UE) n.º 1302/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que altera o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e do funcionamento desses agrupamentos.* Bruxelas: Parlamento Europeu/Conselho. Recuperado de: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R1302&qid=1552085576366 (consulta 21/05/2018).

Programa de Cooperación Transfronteriza España – Portugal 2014-2020 (2015): *Versão Final: INTERREG V-A Espanha – Portugal (POCTEP)*. Badajoz: Programa de Cooperación Transfronteriza España – Portugal 2014-2020. Recuperado de: http://www.poctep.eu/sites/default/files/documentos/1420/pt_poctep_vf_13_01_15.pdf (consulta 21/05/2018).

Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (2013): *Estratégia & Plano de Ação "Alto Minho 2020"*. Lisboa/Porto: Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados. Recuperado de: http://www.altominho2020.com/fotos/editor2/planodesenv_altominho_2014_2020.pdf (consulta 27/04/2018).

Xunta de Galicia e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2014): *Plano de Investimentos Conjuntos da Euroregião Galicia – Norte de Portugal 2014-2020*. Santiago de Compostela/Porto: Xunta de Galicia/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Recuperado de: http://www.ccdrn.pt/sites/default/files/pic_vf.pdf (consulta 10/06/2018).

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS CONSULTADOS

EUROSTAT: https://ec.europa.eu/eurostat

Instituto Galego de Estatística: http://ige.eu/

Instituto Nacional de Estadística (de Espanha): http://ine.es/

Instituto Nacional de Estatística (de Portugal): https://www.ine.pt/

Observatório Transfronteiriço Espanha–Portugal: https://www.fomento.gob.es/informacion-para-el-ciudadano/observatorios/observatorios-de-transporte-internacional/observatorio-transfronterizo-espan%C-C%83a-portugal

Servicio Público de Empleo Estatal: https://www.sepe.es/

